SISTEMA PED

Metodologia utilizada

Concepção de Mercado de Trabalho

O processo de formação do mercado de trabalho brasileiro deve ser entendido a partir da consideração de dois elementos básicos: a transformação desigual da estrutura produtiva e o intenso e rápido processo de urbanização que transcorreu em simultâneo a ela. No primeiro caso, trata-se de um movimento típico de economias que se industrializaram tardiamente, nas quais a incorporação de progresso técnico se deu de forma lenta e parcial, fazendo com que, a despeito da constituição de um parque industrial relativamente integrado e diversificado, persistisse uma forte heterogeneidade produtiva. No segundo, é uma decorrência do acelerado processo de expulsão da força de trabalho do campo, causado tanto pela modernização dos padrões de produção agrícola como pela ausência de reformas na estrutura de posse da terra.

Recorrentemente abordados na literatura que discute o desenvolvimento socioeconômico brasileiro (PINTO, 1973; FURTADO, 1992; TAVARES, 1974; CARDOSO DE MELLO, 1982; SERRA, 1982), estes elementos configuraram um mercado de trabalho no qual o processo de geração de emprego e renda assumiu características bastante específicas. Há pelo menos três delas que merecem ser destacadas:

- a acentuada heterogeneidade da estrutura produtiva, associada à transformação parcial dos processos de produção, gerou uma estrutura ocupacional com base ampla, composta predominantemente por postos de trabalho cujo preenchimento exigia baixos requisitos de formação educacional/profissional. Combinada à grande disponibilidade de mão de obra, esta característica permitiu às empresas enorme facilidade para adequar seus contingentes de ocupados às variações da demanda e utilizar a rotatividade como artifício de controle de custo e qualidade da mão de obra ocupada. Como consequência, parcela majoritária da força de trabalho urbana no Brasil tendeu a se inserir em postos com baixos salários e poucos incentivos à relação estável de trabalho (BALTAR, 1985).
- embora muito intenso, o processo de geração de postos de trabalho nos segmentos dinâmicos e modernos da economia foi insuficiente para incorporar uma população urbana que crescia em ritmo acelerado. Diante da monetização crescente da estrutura de consumo que acompanha a urbanização, tenderam a surgir atividades à margem das tipicamente capitalistas e formas de inserção distintas do

assalariamento com carteira assinada, viabilizadas pelo próprio processo de ampliação e diversificação do espaço urbano (SOUZA, 1980; CACCIAMALLI, 1983).

- finalmente, a incompatibilidade entre o baixo nível de rendimento médio propiciado pela inserção ocupacional e a mercantilização crescente do consumo induziu uma tendência à mobilização temporária de determinados segmentos populacionais, como forma de ampliar a renda disponível para as unidades familiares.[5] Como decorrência, os fluxos de incorporação à força de trabalho adquiriram determinantes variáveis, não resumíveis ao ritmo de geração de postos de trabalho ou a tendências demográficas específicas.

A combinação destas características fez com que, em simultâneo ao crescimento da participação de trabalhadores inseridos como assalariados com carteira de trabalho assinada no total dos ocupados, se verificassem também:

- intensificação da diversidade interna ao conjunto de assalariados, determinada pelo fato de a inserção ocorrer no segmento público ou privado, em empresas de maior ou menor porte, em setores e ramos de atividades dinâmicos ou tradicionais e pela posição do posto na estrutura ocupacional das empresas (qualificado ou não-qualificado, apoio ou produção etc.);
- reprodução de formas de inserção precárias, notadamente autônomos e assalariados sem carteira assinada, principalmente em atividades cuja dinâmica é subordinada ao setor capitalista e muito dependente do nível de atividade e renda deste último.

Ademais, mantiveram-se também limites muito tênues entre participação e não-participação na força de trabalho, mutáveis em função da situação socioeconômica das famílias. Ou seja, apesar da constituição de um segmento relativamente amplo de trabalhadores cuja inserção ocorria segundo padrões assemelhados aos observados nas economias capitalistas desenvolvidas, aprofundou-se a heterogeneidade da estrutura do mercado de trabalho brasileiro (FARIA, 1986; PASTORE, 1986; MINISTÉRIO DO TRABALHO/IEI/UFRJ, 1987; BALTAR; DEDECCA; HENRIQUE, 1995).

Neste quadro, a descrição da dinâmica do mercado de trabalho por meio de segmentos internamente homogêneos e claramente excludentes ficaria comprometida em sua capacidade explicativa. No mercado de trabalho brasileiro, trajetórias ocupacionais lineares do tipo incorporação permanente à força de trabalho após determinada idade e fluxos entre situações bem definidas de emprego – uso da mão de obra em jornada completa, com contrato de duração indeterminada, estabilidade no posto e rendimento adequado[6] – e de desemprego (entendido como ausência de trabalho combinada à procura por trabalho e disponibilidade para trabalhar)[7] descrevem muito pouco a realidade deste mercado.

5. Esta questão foi analisada por Dedecca e Ferreira (1988) e Jatobá (1990).

6. Estas seriam as características básicas da chamada relação de emprego padronizada, predominante nos países desenvolvidos no período prévio à crise dos anos 1980. Uma análise desta questão pode ser vista em Rodgers (1989).

7. Estes são os três critérios adotados pela Organização Internacional do Trabalho para definição do contingente em desemprego. Ver OIT (1982).

Isso porque a instabilidade da inserção implica fluxos constantes entre emprego e desemprego e, portanto, a possibilidade do desestímulo à procura.

Por sua vez, a combinação entre rendimentos médios baixos e precariedade dos mecanismos de apoio aos desempregados problematiza a busca de trabalho sem a realização de qualquer atividade remunerada, mesmo que instável no tempo. Além disso, a variabilidade das formas de inserção, ao gerar uma estrutura diversificada de trabalho, amplia a mobilidade entre condições de atividade, circunstância que, dados os baixos requerimentos para contratação de mão de obra, aproxima os conceitos de População Economicamente Ativa e População em Idade Ativa.

As limitações impostas por esta configuração estrutural do mercado de trabalho brasileiro aos indicadores usualmente utilizados para avaliar sua evolução conjuntural ficaram ainda mais explícitas a partir dos anos 1980, quando se combinaram uma crise econômica intensa e a reorganização dos movimentos sociais. A insuficiência das estatísticas existentes naquele momento para descrever os efeitos econômicos e sociais da recessão sobre um mercado de trabalho urbano estruturalmente heterogêneo induziu à busca de formas alternativas de descrição e análise destes fenômenos.

A elaboração da metodologia da Pesquisa de Emprego e Desemprego pretendeu, portanto, dar expressão a comportamentos típicos de um mercado de trabalho pouco estruturado, com elevada disponibilidade de mão de obra e dinamizado por uma estrutura produtiva heterogênea. Seu propósito básico foi ampliar o conjunto de informações disponíveis a respeito do mercado de trabalho, preservando a possibilidade de obter os indicadores tradicionais e, portanto, a comparabilidade com aqueles produzidos por outros países, mas principalmente gerando medidas que permitissem:

- construir um método de classificação da População em Idade Ativa – PIA que captasse a fluidez dos três segmentos da condição de atividade – ocupados, desempregados e inativos –, e a inter-relação entre eles. Nesse sentido, tornou-se possível, por exemplo, avaliar a dimensão e temporalidade dos movimentos de contração da população economicamente ativa e quantificar o segmento da PIA que, apesar da disponibilidade para o trabalho, não manifesta procura efetiva;
- criar uma tipologia em que a maior heterogeneidade dos diversos segmentos fosse explicitada, diferenciando-a das situações consideradas típicas. Assim, o subconjunto de desempregados não deve se restringir aos indivíduos que preenchem os três requisitos da norma internacional para classificação de desemprego; os ocupados não são classificados somente segundo a posse de carteira de trabalho assinada etc.

Cabe destacar que esta ampliação conceitual encontra parâmetros nas resoluções apresentadas pela OIT (1982, parágrafo 10, item 2) para elaboração de pesquisas domiciliares, seja por meio do uso da noção de subemprego, seja na recomendação:

> (...) em situações em que os meios convencionais de procura de trabalho são de importância limitada, onde o mercado de trabalho

é pouco organizado ou de extensão limitada, onde a absorção de mão de obra é em período específico de tempo inadequada, ou onde o peso dos trabalhadores por conta-própria é elevado, a definição padrão de desemprego pode ser relaxada quanto ao critério de procura de trabalho.

Tal como elaborada em 1984, a metodologia da PED mantém-se relativamente inalterada[8] e sua aplicação para acompanhamento do desempenho do mercado de trabalho nas diversas regiões onde é executada tem permitido não só captar as mudanças provocadas pela alternância do nível de atividade econômica como também aprofundar o conhecimento das características estruturais destes mercados. A partir da segunda metade dos anos 1980, inicialmente na Região Metropolitana de São Paulo e depois nas demais regiões cobertas por essa pesquisa, vêm sendo realizados estudos que propiciaram o entendimento mais amplo quanto ao efetivo significado e às consequências da heterogeneidade estrutural que se pretendia avaliar a partir da proposta metodológica da PED.

Nesse sentido, além dos informes mensais e anuais do desempenho dos mercados de trabalho nas diferentes regiões metropolitanas cobertas pela PED, cabe destacar os estudos sobre a importância de determinadas características individuais para a inserção no mercado de trabalho, tais como etnia, gênero, migração, idade e características familiares, aqueles que analisaram diferentes categorias de desemprego, os que dimensionaram a relação entre crescimento da População Economicamente Ativa – PEA e o ritmo de geração de postos de trabalho e os que discutiram a diversidade da estrutura ocupacional, em termos setoriais e de posições ocupacionais.

Dessa forma, o amplo conjunto de estudos que vêm sendo produzidos pelo Sistema PED permite acompanhar as formas específicas do ajuste do mercado de trabalho, desde os efeitos decorrentes da instabilidade econômica dos anos 1980, passando pelos impactos, na década de 1990, da maior exposição do país à concorrência internacional, até os anos mais recentes, quando os resultados do processo de reestruturação produtiva aprofundaram-se.

A partir dos anos 1990, houve uma mudança nos padrões de comportamento da economia brasileira, provocada pela maior exposição do país à concorrência internacional. A reação das empresas a este novo cenário foi no sentido de racionalizar seus processos produtivos e gerenciais para reduzir custos e garantir sua permanência no mercado. Mesmo com a retomada do nível de atividade a partir de 1993, esta tendência se manteve, tornando a década de 1990 um período de transformação do modo de funcionamento do mercado de trabalho, em decorrência dos ajustes promovidos pelas empresas.

8. A única exceção ocorreu em 1988, quando foi introduzida a codificação para ocupações, ampliada a tipologia de posição na ocupação e estabelecido um corte temporal para classificação dos desempregados desalentados, mudanças que não afetaram significativamente a série histórica já existente (FUNDAÇÃO SEADE/DIEESE, 1988a).

Nos anos 2000 as tendências observadas como resultantes do processo de reestruturação produtiva e econômica consolidaram-se. Entre 2002 e 2008, o mercado de trabalho brasileiro experimentou um período de relativa melhora e estabilidade, já tendo incorporado os efeitos da reestruturação produtiva advindos da década anterior.

Considerado o cenário internacional, as mudanças produtivas, ocorridas a partir dos anos 1980, estiveram fundamentalmente voltadas para a flexibilização de todos os custos produtivos.[9] Especificamente quanto à mão de obra, as estratégias utilizadas pretendiam alterar as formas de contratação e de uso da força de trabalho, viabilizando a incorporação por meio de contratos por tempo determinado e parcial, com redução expressiva dos custos salariais diretos e indiretos, e adequando a jornada de trabalho à instabilidade dos fluxos produtivos. O resultado básico destas transformações foi o rompimento da relativa homogeneidade que caracterizava os mercados de trabalho dos países desenvolvidos, com o surgimento de formas de incorporação diversas do contrato de trabalho padrão e com aumento da instabilidade de emprego e de renda.[10]

Construídos para descrever mercados de trabalho homogêneos, em que a segmentação da força de trabalho em desempregados e ocupados fornecia indicações bastante adequadas sobre o estado geral deste mercado, os indicadores utilizados por tais países, que serviram de parâmetro para elaboração das medidas internacionais, tornaram-se progressivamente alvo de discussões quanto a suas limitações diante da flexibilização das relações de trabalho. O processo de heterogeneização dos mercados de trabalho dos países desenvolvidos colocou em questão o caráter supostamente atemporal destes indicadores, que podiam ser adotados em qualquer período e para qualquer estrutura socioeconômica.[11]

Vários esforços têm sido feitos no sentido de ampliar as medidas do fenômeno do desemprego (SORRENTINO, 1993; FLECK; SORRETINO, 1994; SYLOS-LABINI, 1987; NORWOOD, 1988), avaliar a influência do processo de criação de postos de trabalho sobre a disponibilidade de mão de obra (ELMESKOV; PICHELMANN, 1993; BARKUME; HORVATH, 1995; DUPRÉ; HUSSMANNS; MEHRAN, 1987), construir descrições das situações ocupacionais que não partam do parâmetro da relação de emprego padrão (MARSHALL, 1987; CORDOVA, 1986; DOSS et al., 1988; TOKMAN, 1984; FREEDMAN, 1984) e, para reelaborar as classificações de atividades e de ocupações de forma a captar a crescente integração entre elas (ESPING-ANDERSEN, 1993). Os inúmeros trabalhos que tratam destas questões convergem para a dificuldade de obter medidas que expressem os fenômenos característicos de mercados de trabalho heterogêneos, tendo em vista a crescente diversidade de relações que os indivíduos podem apresentar quanto à sua inserção no mundo do trabalho.

9. Ver, por exemplo, Coutinho (1992), Bielschowsky (1992) e Baptista e Jorge (1993).

10. Esta questão está discutida nos textos reunidos em Rodgers e Rodgers (1989). Ver também Standing (1991) e Mattoso (1995).

11. Ver, por exemplo, os textos presentes em Besson (1995).

Como o peso de empresas multinacionais na estrutura produtiva brasileira é elevado e a abertura da economia tem sido crescente, é possível supor que, embora com temporalidade diversa, tendam a ser reproduzidos, no Brasil, os movimentos de transformação verificados em outros países. De qualquer forma, a reafirmação da ideia de heterogeneidade como princípio básico para análise de mercado de trabalho permite acompanhar suas transformações, indicando sua semelhança ou não com os padrões internacionais ou explicitando as tendências mediadas pela diversidade do próprio mercado.

Por último, cabe reafirmar que a concepção metodológica e os indicadores construídos pela PED visam, desde sua origem, dar expressão aos movimentos de um mercado de trabalho historicamente caracterizado por forte heterogeneidade e flexibilidade. Por isso, muitas das relações de trabalho que vêm se consolidando como novas nos países desenvolvidos não são muito diversas das já existentes no Brasil e sua descrição adequada colocava, já no início dos anos 1980, a necessidade de tipologias mais amplas para expressar suas características. Dispor de uma série histórica e de um método de captação de informações elaborados a partir desta concepção de mercado de trabalho tem permitido significativos ganhos analíticos.

Classificação da Condição de Atividade Adotada pela PED

Expressar a noção de heterogeneidade estrutural sob a forma de conceitos operacionalizáveis em uma pesquisa domiciliar era o desafio maior para a implementação da PED. De um lado, por exigir a rediscussão dos limites entre as três situações básicas da PIA, redefinindo-as de forma mais ampla e compatível com a fluidez que caracteriza as relações dos indivíduos diante de um mercado de trabalho heterogêneo. De outro, por requerer a construção de novos parâmetros para orientar tal classificação, que não deveriam estar ancorados apenas na dicotomia trabalho/não trabalho ou procura/não-procura e que prescindissem da adoção de medidas quantitativas relativas ao grau de utilização da mão de obra. Finalmente, cabia elaborar um questionário capaz de viabilizar a coleta das informações necessárias à expressão desta realidade heterogênea, e que, ao mesmo tempo, permitisse a elaboração das estatísticas segundo as normas internacionais.

Para alcançar estes objetivos, foram construídos os conceitos explicitados a seguir e que se referem à definição da classificação da condição de atividade da PIA e às variáveis captadas para a caracterização dos ocupados, desempregados e inativos.

A População em Idade Ativa – PIA considerada pela PED para classificação da inserção no mercado de trabalho corresponde à população de 10 anos e mais. Assim, é utilizado um limite de idade para trabalhar inferior ao legalmente estipulado para o país, qual seja, 16 anos (conforme Emenda Constitucional nº 20, de 1998).[12]

12. Ainda persiste a possibilidade legal do exercício de trabalho dos adolescentes de 14 ou 15 anos somente na condição de aprendiz (conforme Constituição Federal de 1988).

O recorte etário adotado pela PED decorre da própria realidade social do país, na qual contingente significativo de crianças e adolescentes é levado a trabalhar. Embora essa parcela da população seja relativamente pequena no conjunto da PIA e tenha pouco efeito nos indicadores globais de mercado de trabalho, sua quantificação e a caracterização das crianças e dos adolescentes incorporados ao mercado de trabalho são importantes para o conhecimento das condições de trabalho deste segmento, para o estabelecimento de relações entre pobreza e mercado de trabalho e para a formulação de políticas sociais voltadas a esta questão. Adicionalmente, permitem verificar em que medida a proibição de inserção de crianças no mercado de trabalho está sendo respeitada.[13]

Definição dos parâmetros

Para definir a inserção da PIA no mercado de trabalho, a PED utiliza-se, tal como as pesquisas domiciliares tradicionais, a classificação da condição de atividade expressa nos seus três grandes agregados: população ocupada; população desempregada (que somadas constituem a População Economicamente Ativa – PEA) e população inativa. Essa classificação possibilita a geração de indicadores, tais como taxas de participação, taxas e índices de desemprego e de ocupação, de amplo uso na análise de mercado de trabalho. Porém, considera-se fundamental expressar a heterogeneidade existente em cada um desses agregados.

Neste sentido, a identificação da condição de atividade da PIA, segundo a PED, não pode ser obtida apenas pela contraposição de situação de trabalho e não-trabalho ou de procura e não-procura, mas também pela consideração de outros parâmetros que reflitam a diversidade de situações existentes.

Na hipótese de um mercado de trabalho homogêneo, as definições dos grupos que compõem a condição de atividade seriam relativamente simples, uma vez que, para um determinado período de referência, permitiriam considerar: inativos – os indivíduos sem trabalho e sem procura de trabalho; desempregados – aqueles sem trabalho, porém com procura efetiva de trabalho; ocupados – todas as pessoas que exercem qualquer tipo de trabalho. Isto é devido não só à grande homogeneidade do tipo de trabalho exercido pelos ocupados como também à clara articulação entre oferta e procura de trabalho, uma vez que a disponibilidade da força de trabalho excedente se manifestaria pela procura efetiva de trabalho e, em paralelo, existiriam garantias sociais que permitiriam ao indivíduo sem trabalho meios para sua sobrevivência. Dessa forma, esses parâmetros seriam suficientes para identificar a inserção da PIA num mercado de trabalho

13. A esse respeito, a Organização Internacional do Trabalho – OIT vem, desde 1992, por meio do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (International Programme on the Elimination of Child Labour) – IPEC, atuando junto a vários países no auxílio e levantamento de documentação, processamento e análise de dados pertinentes ao trabalho infantil, especialmente por intermédio do "braço estatístico" desse programa (Statistical Information and Monitoring Programme on Child Labour – SIMPOC), com o propósito de erradicar progressivamente o trabalho infantil no mundo. Desde a convenção da OIT sobre as piores formas de trabalho infantil, em 1999 – Convention on the worst forms of child labour, 1999 (n. 182) –, a atuação e recomendações sobre essa questão tornaram-se mais evidentes.

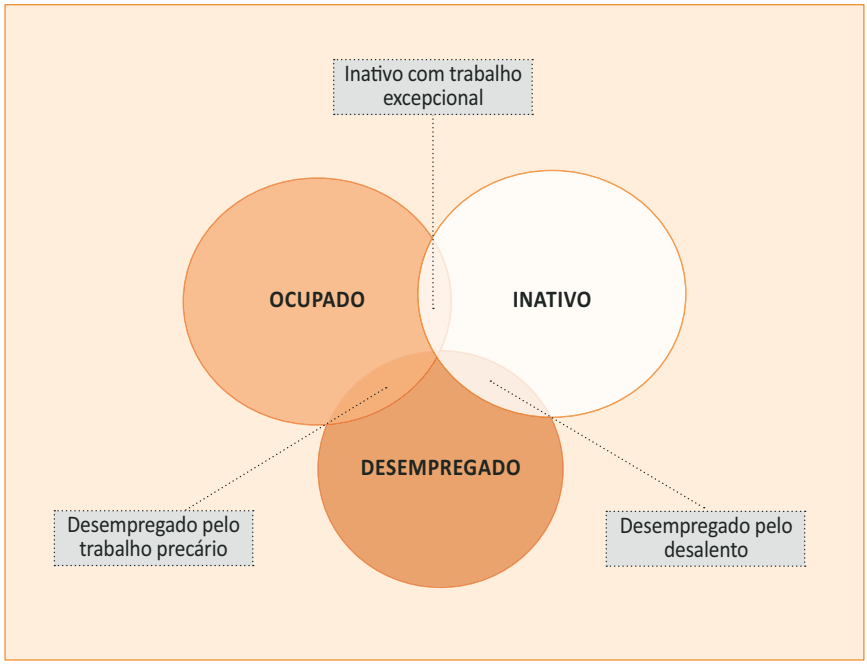
com tais características, visto que as situações de trabalho e não-trabalho e procura e não-procura seriam claramente excludentes para o conjunto da população.

Já em um mercado de trabalho heterogêneo, a classificação resultante do uso exclusivo desses parâmetros termina por priorizar o exercício de qualquer trabalho e, consequentemente, a condição de ocupado, desconsiderando situações de desemprego ou inatividade disfarçadas pelo exercício de trabalhos ocasionais, presentes neste mercado. Além disso, para a parcela restante da população, ou seja, sem nenhum trabalho, ao se basear a diferenciação no uso exclusivo da procura efetiva, são classificados como inativos aqueles indivíduos na situação de desemprego oculto pelo desalento da procura de trabalho.

A PED, ao ampliar e combinar os parâmetros definidores da condição de atividade, classifica situações heterogêneas na condição das quais elas mais se aproximam, seja como desempregados, ocupados ou inativos. Esta nova maneira de classificação da condição de atividade capta, além do desemprego aberto, formas ocultas de desemprego, o que não só possibilita acompanhar a evolução de um mercado de trabalho heterogêneo, como também torna mais abrangente a aferição dos efeitos sociais do desemprego.

A Figura 1 identifica as situações limites da condição de atividade classificada pela PED.

Figura 1
Condição de atividade em mercado de trabalho heterogêneo (Classificação PED)



Cabe assinalar que a condição de atividade, tal como definida pela PED, não só responde às necessidades do mercado de trabalho regional como também permite recompor esses indicadores segundo as recomendações internacionais vigentes. Para isso, o desemprego total é desagregado por tipos, identificando-se o desemprego aberto tal como estabelecido pela norma internacional e as situações específicas redefinidas pela PED. Da mesma forma, para os inativos, é possível separar aqueles sem nenhum trabalho daqueles com trabalho excepcional.

Os parâmetros básicos utilizados pela PED, que combinados permitem classificar a PIA como desempregada, ocupada ou inativa, são: **procura efetiva de trabalho nos últimos 30 dias; disponibilidade para trabalhar sem procura efetiva, mas com procura em 12 meses; situação de trabalho e de não-trabalho; tipo de trabalho exercido; e necessidade de mudança de trabalho.**

Procura efetiva de trabalho nos últimos 30 dias

É aquela que se expressa na realização, pelo indivíduo, de alguma providência, nos 30 dias anteriores ao da entrevista, para conseguir um trabalho. A procura de trabalho inclui não apenas a busca de um emprego assalariado, mas também de outros trabalhos. Neste último caso, refere-se às providências necessárias para abrir um negócio ou empresa ou à procura por mais clientes por parte do trabalhador autônomo.

A utilização de 30 dias como período de referência para captação da procura efetiva se faz necessária tendo em vista que períodos mais curtos, como por exemplo sete dias, são insuficientes para cobrir todas as situações de procura efetiva no momento da pesquisa, tal como reconhecido pela maioria das pesquisas domiciliares sobre mercado de trabalho desenvolvidas em diferentes países (Alemanha, Canadá, Dinamarca, Itália, Suécia, entre outros).

Disponibilidade atual para trabalhar sem procura efetiva, mas com procura em 12 meses

A disponibilidade atual para trabalhar, mas sem procura efetiva nos 30 dias anteriores à entrevista, refere-se à situação do indivíduo que não procurou trabalho neste período devido aos desestímulos do mercado ou por motivos circunstanciais de doença, problemas familiares ou falta de dinheiro para cobrir as despesas necessárias à procura. No entanto, a pessoa declarou procura ativa de trabalho nos últimos 12 meses e, no momento da entrevista, manifestou necessidade e disponibilidade para trabalhar.

Apesar de algumas pesquisas tradicionais reconhecerem a existência do desalento da procura e da importância de sua captação, o indivíduo nessa situação é geralmente considerado inativo, uma vez que sua disponibilidade não está expressa na procura efetiva. Ao contrário, a PED o inclui na PEA, na condição de ***desempregado oculto pelo desalento,*** visto que a disponibilidade para trabalhar das pessoas em situação involuntária de não-trabalho pode não se manifestar apenas na procura efetiva.

> (...) o desemprego não está associado diretamente à pressão ativa no mercado de trabalho, expressa na procura efetiva de emprego, mas sim na necessidade e disponibilidade do indivíduo para trabalhar. A procura de trabalho é a forma de operacionalizar a aferição dessa disponibilidade. Entretanto, se essa procura é desestimulada pelo próprio mercado, isto não significa que a necessidade e disponibilidade de trabalhar do indivíduo tenham desaparecido, mas sim que a variável procura efetiva de trabalho já não é suficiente para captar, nesse momento ou circunstância, essa disponibilidade (TROYANO et al., 1985a).

Situação de trabalho e de não-trabalho

A situação de trabalho é definida pela PED como aquela em que o indivíduo tem um trabalho remunerado ou não-remunerado, num determinado período de referência, excetuando o trabalho excepcional.

O trabalho remunerado refere-se ao exercício de qualquer atividade que tenha como contrapartida uma remuneração em dinheiro, podendo ser complementada por benefícios ou bens em espécie (alimentação, habitação, transporte etc.). Assim, essa categoria engloba desde os assalariados, empregadores, conta-próprias, até os trabalhadores que recebem exclusivamente por produção, os biscateiros etc. Incluem-se também os religiosos, estagiários, aprendizes etc., desde que recebam alguma remuneração em dinheiro pelo exercício da sua atividade.

O trabalho não-remunerado corresponde às atividades dos trabalhadores familiares sem remuneração salarial, independente das horas trabalhadas, os quais auxiliam nos negócios de parentes, sem que recebam por isso uma retribuição salarial (caso exista uma contrapartida em salário, esta atividade será considerada trabalho remunerado). Também é incluído nessa categoria o trabalho não remunerado exercido pelo empregado que recebe exclusivamente em espécie ou benefício.[14]

Vale ressaltar que não está mais vigente a recomendação internacional de dar tratamento diferenciado ao trabalho familiar não-remunerado, no sentido de exigir um limite mínimo de horas para que seu exercício configure uma situação de trabalho (OIT, 1982).

As situações de não-trabalho compreendem toda e qualquer atividade em que não há retorno de qualquer tipo de remuneração em dinheiro ou espécie, tais como as atividades da dona de casa, do estudante, das pessoas que se dedicam a trabalhos de caridade e de ajuda etc. Nessa situação também se inclui o indivíduo que auxilia um parente em seus afazeres domésticos, mesmo que receba algum valor monetário, na forma de mesada, ajuda de custo etc.

O trabalho excepcional também é considerado pela pesquisa uma situação de não-trabalho, entendido como a realização pelo indivíduo de algum

14. Para maiores detalhes ver Manual do Entrevistador (FUNDAÇÃO SEADE/DIEESE).

trabalho remunerado ou não-remunerado, em caráter esporádico, somente quando lhe sobra tempo de suas atividades não-produtivas, consideradas prioritárias.

> (...) o trabalho excepcional refere-se às atividades produtivas desenvolvidas de forma acidental, geralmente paralelamente aos afazeres domésticos ou de estudo, não estando a disponibilidade de tempo dos indivíduos comprometida com o mundo do trabalho, tendo em vista sua extrema inconstância e irregularidade (TROYANO et al., 1985b).

Esta restrição adotada pela PED responde à necessidade de se evitar uma superestimação dos indivíduos com disponibilidade atual para trabalhar, quando esta é identificada pelo exercício de qualquer trabalho por mais instável, descompromissado ou excepcional que seja.

A PED dá o mesmo tratamento ao exercício de trabalho remunerado e não-remunerado para definir a situação de trabalho, uma vez que ambos constituem atividades econômicas.[15] Essa pesquisa optou por utilizar critérios qualitativos diferenciadores de situações de trabalho e de não-trabalho, em função da prioridade dada pelo indivíduo ao exercício de sua atividade produtiva.

Tipo de trabalho exercido

Para identificar a situação de ocupado ou desempregado, a PED considera dois tipos de trabalho exercido: o regular e o irregular/ocasional.

O trabalho regular compreende o trabalho assalariado, o emprego doméstico mensalista, o do empregador e as atividades estáveis de auto-ocupação remunerada, ou seja, que tenham garantia de continuidade de trabalho e/ou de ganhos devido à existência de uma clientela fixa ou à capacidade de concorrer no mercado.

O trabalho irregular/ocasional engloba as seguintes situações: o trabalho de auto-ocupação remunerado instável ou incerto e os trabalhadores familiares não-assalariados em negócios de parentes.

Já os trabalhos de auto-ocupação remunerados instáveis são aqueles nos quais o indivíduo não tem nenhuma "garantia" ou "previsibilidade" de que terá trabalho quando terminar o que está realizando, ou aqueles em que os ganhos provenientes de vendas de bens e serviços são avulsos e variáveis. A pessoa que exerce este tipo de trabalho tem dificuldade em precisar a sua frequência, mas o realiza sempre que aparece, uma vez que seu tempo está comprometido com o exercício de trabalho.

A instabilidade desse tipo de trabalho remunerado resulta da imprevisibilidade de trabalho ou da realização das vendas, o que o diferencia

15. Entende-se como atividade econômica aquela que se destina ao mercado de bens e serviços, exercida em empresas ou de forma individual pelo trabalho autônomo e o emprego doméstico. Exclui-se, portanto, a produção para autoconsumo.

do trabalho excepcional, cujo exercício está subordinado à sobra de tempo de outras atividades consideradas prioritárias pelo indivíduo (estudar, cuidar dos afazeres domésticos etc.). Assim, a instabilidade do trabalho irregular/ocasional é consequência direta das restrições do mercado onde é realizado, enquanto a instabilidade do trabalho excepcional decorre da falta de tempo do indivíduo para trabalhar.

A PED, ao considerar o trabalho irregular/ocasional para definição da condição de atividade, responde à necessidade de captar o *desemprego oculto pelo trabalho precário*, isto é, a situação do trabalhador que, por falta de alternativas de emprego ou de outros trabalhos regulares, é levado a exercer atividades de auto-ocupação para garantir sua sobrevivência. O caráter econômico limitado destas atividades se expressa em frequentes períodos de não-trabalho e na instabilidade de seus ganhos e até mesmo da não-remuneração individual. Por essas razões, o próprio indivíduo se recusa a permanecer nestas atividades e por isso busca mudar de trabalho.

Cabe salientar que o informe final da Cepal, elaborado em 1979 pelo Grupo de Trabalho sobre Medição do Emprego e Renda em Áreas Urbanas através de Pesquisas Domiciliares, reconhece a relevância dessa consideração ao expressar:

> Investigaciones sobre empleo realizadas en la región muestran que una parte importante de las personas que se declaran desempleadas durante el periodo de referencia habían realizado sin embargo, ocasionalmente, algunas actividades remuneradas en dicho periodo. Estos trabajos esporádicos, irregulares y marginalmente productivos constituyen la forma en que, particularmente los jefes de hogar, proveen un sustento mínimo para sus familias mientras buscan una ocupación estable. ***Según los propósitos que guíen el análisis de los datos*** estos trabajadores ocasionales podrán clasificarse como ocupados o desocupados. (CEPAL, 1979, grifo nosso).

Necessidade de mudança de trabalho

Outro parâmetro utilizado pela PED para definição da situação de desemprego oculto pelo trabalho precário é a *necessidade de mudança de trabalho* devido à imprevisibilidade do trabalho realizado, e não a busca de trabalho adicional ou mais trabalho. Esta necessidade é definida pela combinação da procura para substituir o atual trabalho e o tipo de trabalho exercido.

Este trabalho procurado pode ser um emprego assalariado ou mesmo mudança de ofício ou ocupação conservando-se como trabalhador autônomo. Dessa forma, a procura por mais clientes, mantendo a mesma ocupação, não é considerada necessidade de mudança de trabalho.

A restrição de necessidade de mudança de trabalho, associada à substituição de um trabalho irregular/ocasional, objetiva identificar, sob uma perspectiva social, a situação de desemprego motivada por: ausência de

oportunidades de emprego assalariado ou de trabalho regular de outra natureza; necessidade do exercício de trabalhos remunerados de auto-ocupação irregulares/ocasionais para sobreviver, ou de não-remunerados de ajuda a negócios de parentes; e percepção do trabalhador das limitações do mercado onde exerce esta atividade de auto-ocupação para alcançar estabilidade de trabalho e de ganhos.

O Quadro 2 identifica as situações resultantes da combinação dos diferentes parâmetros para a definição da condição de atividade da PIA.

Quadro 2

Combinação dos parâmetros para definir a condição de atividade da PIA

CONDIÇÃO DE ATIVIDADE	PARÂMETROS				
	Procura efetiva de trabalho (30 dias)	Disponibilidade atual para trabalhar sem procura efetiva (mas com procura em 12 meses)	Situação de trabalho	Tipo de trabalho exercido	Necessidade de mudança de trabalho
PEA					
(disponibilidade atual para trabalhar)					
Desemprego aberto	sim	----	não	----	----
Desemprego oculto pelo trabalho precário	sim	----	sim	irregular/ocasional	sim
Desemprego oculto pelo trabalho precário	não	sim	sim	irregular/ocasional	sim
Desemprego oculto pelo desalento	não	sim	não	----	----
Ocupado	sim	----	sim	irregular/ocasional	não
Ocupado	sim	----	sim	regular	sim / não
Ocupado	não	sim	sim	irregular/ocasional	não
Ocupado	não	sim	sim	regular	sim / não
Ocupado	não	não	sim	regular	----
Ocupado	não	não	sim	irregular/ocasional	----
Inativos					
(sem disponibilidade para trabalhar)					
Inativo com trabalho excepcional	não	não	não	excepcional	----
Inativo sem trabalho	não	não	não	----	----

Condição de ocupado, desempregado e inativo

A partir dos parâmetros apresentados anteriormente, a PED classifica a População em Idade Ativa – PIA (pessoas de 10 anos e mais) segundo sua condição de atividade, em: População Economicamente Ativa – PEA (desempregados e ocupados); e população inativa de 10 anos e mais.

População Economicamente Ativa – PEA

A PEA compreende a força de trabalho disponível, ou atualmente ativa, de todos os indivíduos de 10 anos e mais que, nos períodos de referência básicos de pesquisa, estão comprometidos com o mundo do trabalho, seja como ocupados ou desempregados.

A disponibilidade atual para trabalhar – que inclui tanto a força de trabalho utilizada (ocupados) como a excedente (desempregados) – se expressa no exercício de trabalho nos últimos sete dias, na procura efetiva de trabalho nos últimos 30 dias e na disponibilidade atual de trabalhar e com procura de trabalho nos últimos 12 meses.

Embora a disponibilidade para trabalhar seja também considerada nas pesquisas convencionais, nelas, esse conceito apresenta-se restrito, uma vez que está associado à procura efetiva de trabalho nos últimos 30 dias ou numa situação de trabalho no período de referência de sete dias.

População desempregada

A parcela da PEA identificada como desempregada compreende os indivíduos que se encontram numa situação involuntária de não-trabalho, por falta de oportunidades de trabalho ou que exercem um trabalho irregular/ocasional, com desejo de mudança.

A população desempregada é diferenciada em três tipos de desemprego:

- ***aberto*** – pessoas sem trabalho nos sete últimos dias e com procura de trabalho efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista;
- ***oculto pelo trabalho precário*** – pessoas que realizaram, nos últimos 30 dias, algum trabalho casual de auto-ocupação (atividades remuneradas eventuais e instáveis) ou trabalho não remunerado de ajuda a negócios de parentes e que procuraram substituir este trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista, por meio de providências concretas para obter um emprego assalariado ou um trabalho regular de auto-ocupação. Incluem-se também pessoas que, não tendo procurado trabalho neste período, o fizeram, sem êxito, até 12 meses atrás, por pelo menos 15 dias;
- ***oculto pelo desalento*** – pessoas sem trabalho e com disponibilidade e necessidade de trabalhar no momento da pesquisa, porém sem procura efetiva de trabalho por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas que apresentaram procura de trabalho, por pelo menos 15 dias, nos últimos 12 meses.

Assim, o desemprego medido pela PED corresponde a um conjunto de situações diferenciadas em que, além do desemprego aberto, são incorporadas formas ocultas de desemprego. Os tipos de desemprego são definidos pela combinação dos parâmetros explicitados anteriormente: *procura efetiva de trabalho; disponibilidade para trabalhar sem procura efetiva; situação de trabalho; tipo de trabalho exercido; e necessidade de mudança de trabalho.*

População ocupada

A parcela da PEA identificada como ocupada compreende os indivíduos que, nos sete dias anteriores ao da entrevista,

- possuíam trabalho remunerado exercido regularmente, com ou sem procura de trabalho; e
- exerceram trabalhos irregulares/ocasionais ou trabalharam sem remuneração em ajuda a negócios de parentes ou aqueles remunerados em espécie/benefício, desde que não tenham procurado mudar de trabalho nos últimos 30 dias.

A população ocupada exclui os indivíduos que, somente porque lhes sobrou tempo de outras atividades consideradas prioritárias, exerceram algum *trabalho excepcional* nos últimos sete dias, mas não estão comprometidos com o mundo do trabalho.

População inativa de 10 anos e mais

A população inativa compreende a parcela da PIA que não foi classificada como ocupada ou desempregada e, portanto, não tem necessidade e nem disponibilidade atual para trabalhar, encontrando-se em uma das seguintes situações:

- *inativo sem trabalho* – pessoas que não têm procura efetiva de trabalho, nem necessidade de trabalhar e que não realizaram nenhum trabalho nos últimos sete dias;
- *inativo com trabalho excepcional* – pessoas que eventualmente trabalharam nos últimos 30 dias só porque lhes sobrou tempo de seus afazeres principais e que não procuraram trabalho nesse período.

Caracterização dos Ocupados, Desempregados e Inativos

A caracterização de cada condição de atividade tem por objetivo identificar a heterogeneidade existente em seus agregados, aprofundando o conhecimento das suas determinações e especificidades.

Para o conjunto de ocupados, além de captar as variáveis mais usuais para sua diferenciação, como setor de atividade econômica, ocupação, posição na ocupação, rendimentos e horas trabalhadas, a PED investiga também outros aspectos que, combinados entre si, atendem a distintas abordagens de estudos sobre este segmento. Por exemplo, as características captadas para o trabalho principal exercido pelo ocupado permitem: segmentar os postos de trabalho segundo setores de atividade econômica, setor institucional ou tama-

nho de empresa, podendo-se relacionar mais diretamente à evolução do mercado de trabalho com a dinâmica de crescimento destes setores; identificar o tipo de emprego gerado expresso na relação de trabalho estabelecida (posição na ocupação), nas formas de contratação do trabalho assalariado, no tipo de ocupação etc.; identificar situações de subemprego visível e invisível para diferenciar os ocupados segundo o grau de utilização da sua força de trabalho, seja pela subutilização de seu tempo disponível, seja pelos baixos rendimentos proporcionados pelo posto de trabalho; segmentar os ocupados segundo sua inserção em setores modernos ou tradicionais da economia, organizados ou não, formal ou informal, de acordo com o uso de diferentes variáveis para sua medição.

Cabe destacar que o questionário da PED contém elementos que, em certo grau, possibilitam acompanhar os efeitos da reestruturação produtiva no mercado de trabalho expressos na flexibilização da contratação de trabalho pelas empresas e na fragilização das condições de trabalho dos ocupados. Neste sentido, essa pesquisa capta a terceirização do trabalho assalariado pela subcontratação de empresas, bem como a jornada parcial involuntária, a baixa remuneração da hora trabalhada, a informalização do trabalho assalariado pela ausência de carteira assinada e a subordinação do trabalho autônomo pela empresa. Estas características poderão ser associadas à procura de trabalho e seus motivos, o que permitirá relacionar a fragilização da situação de trabalho dos ocupados.

Para os desempregados, além de captar as características do trabalho anterior – posição na ocupação, ocupação, setor de atividade, tempo de permanência no último trabalho exercido –, a PED investiga a duração do desemprego, o recebimento de aposentadoria e de seguro-desemprego e os meios utilizados para sobrevivência. Estas características, relacionadas aos atributos pessoais e familiares, permitem avaliar os efeitos da exclusão social via desemprego sobre segmentos diferenciados da população.

Para os inativos é ampliada a captação das diferentes formas de inatividade (dona de casa, auxiliares de afazeres domésticos, atividades estudantis etc.) e são investigados o valor de aposentadoria e o recebimento de seguro-desemprego.

Para os indivíduos em situação de desemprego oculto pelo trabalho precário e para os inativos que exercem trabalho excepcional, a PED capta as informações já mencionadas, específicas a estes segmentos, e investiga, ainda, setor de atividade, posição na ocupação, ocupação, horas trabalhadas e rendimentos, com o objetivo de caracterizar o trabalho precário ou o trabalho excepcional exercido e acompanhar sua evolução.

Cabe destacar que a captação dessas variáveis dá maior flexibilidade ao banco de dados da PED, no sentido de permitir sua reclassificação para o conjunto de ocupados, segundo outras definições de condição de atividade.

Além das questões específicas a cada condição de atividade, a PED, por ser uma pesquisa domiciliar, investiga para toda a população

atributos pessoais como idade, sexo, posição no domicílio e na família, cor, migração, tempo de residência na região e escolaridade, o que permite construir indicadores que relacionem os diferentes atributos pessoais e familiares com a inserção do indivíduo no mundo do trabalho.

O Quadro 3 apresenta as variáveis ou os indicadores captados pela PED por meio do seu questionário básico.

Quadro 3

Variáveis ou indicadores captados pela PED, segundo população investigada

População total	População de 10 anos e mais	Ocupados	Desempregados	Inativos de 10 anos e mais
1- Atributos pessoais ■ Sexo ■ Idade ■ Posição no domicílio ■ Posição na família ■ Cor ■ Estado/ país nascimento ■ Último local residencial ■ Tempo residencial na área de pesquisa ■ Frequência escolar e alfabetização ■ Última série e último grau concluído	**1- Procura de trabalho** ■ Procura efetiva em 30 dias ■ Procura ativa em 12 meses ■ Necessidade atual de arrumar trabalho ■ Motivo de não procura em 30 dias ■ Duração da procura de trabalho ■ Última vez que procurou trabalho **2- Exercício de trabalho** ■ Trabalho nos últimos sete dias ■ Motivo de não-trabalho nos últimos sete dias ■ Tipo de trabalho exercido emprego ou trabalho	**1- Trabalho principal** ■ Ocupação ■ Município onde trabalha ■ Posição na ocupação ■ Rendimento do mês anterior ■ Horas semanais trabalhadas ■ Acesso à Previdência Social ■ Posse de carteira assinada ■ Subcontratação ■ Setor de atividade econômica da empresa ou do negócio onde trabalha ■ Setor de atividade econômica da empresa empregadora ■ Setor institucional da empresa empregadora ■ Número de empregados do negócio ou da empresa empregadora ■ Tipo de local do negócio próprio ou da empresa empregadora ■ Propriedade dos instrumentos básicos do trabalhador autônomo ■ Tempo de permanência no atual trabalho **2- Trabalho(s) adicional(is)** ■ Realização de trabalho(s) adicional(is) nos últimos 30 dias ■ Remuneração dos trabalhos adicionais exercidos no mês anterior **3- Rendimentos no mês anterior de pensão ou aposentadoria** **4- Disponibilidade de trabalhar mais horas semanais além das normalmente trabalhadas**	**1- Último trabalho anterior** ■ Posição na ocupação ■ Ocupação ■ Setor de atividade do negócio ou da empresa empregadora ■ Tempo de permanência no emprego ou trabalho ■ Motivo da saída ■ Duração do desemprego **2- Sobrevivência** ■ Dois principais meios utilizados **3- Trabalho irregular ou precário nos últimos 30 dias** ■ Ocupação ■ Setor de atividade ■ Posição na ocupação ■ Horas semanais trabalhadas ■ Rendimentos no mês anterior de trabalhos ocasionais **4- Outros rendimentos no mês anterior** ■ Pensão e /ou aposentadoria ■ Seguro-desemprego	**1- Atividade principal nos últimos sete dias** **2- Trabalho excepcional nos últimos 30 dias** ■ Ocupação ■ Setor de atividade ■ Posição na ocupação ■ Horas semanais trabalhadas ■ Rendimentos no mês anterior de trabalhos ocasionais **3- Outros rendimentos no mês anterior** ■ Pensão e /ou aposentadoria ■ Seguro-desemprego

Com base no questionário da PED, é operacionalizada a captação das informações relativas aos parâmetros definidores da condição de atividade adotada e as definições das principais variáveis para caracterização dos ocupados, desempregados e inativos (Apêndices I e II).

Cabe assinalar que esse questionário básico foi desenvolvido com o propósito de ter agilidade, flexibilidade e abrangência suficientes para: gerar informações necessárias para acompanhamento mensal da evolução do mercado de trabalho e caracterização das diferentes situações ocupacionais; possibilitar a recomposição dos indicadores de acordo com metodologias de outras pesquisas.

Em fevereiro de 1988, o questionário inicialmente usado pela PED foi reformulado com o objetivo de agilizar a captação da condição de atividade, além de investigar novos aspectos relacionados à caracterização das diferentes situações ocupacionais, em especial dos ocupados. Esta reformulação teve a preocupação de introduzir as modificações que se faziam necessárias, porém, preservando-se a série de dados da PED (FUNDAÇÃO SEADE-DIEESE, 1988).

Esse questionário, como já mencionado, é aplicado por todas as PEDs regionais para garantir a comparabilidade de seus resultados, sendo utilizadas as mesmas definições e critérios de operacionalização. No entanto, se necessárias, alternativas de respostas são desagregadas em algumas regiões metropolitanas para permitir a captação de especificidades dos mercados de trabalho locais.

A Amostra

A seguir apresenta-se um resumo dos planos amostrais das diversas regiões onde a PED é realizada, bem como sua operacionalização. Os desenhos detalhados destes se encontram descritos no Apêndice III.

Plano amostral

Os dados da PED são obtidos por meio de entrevistas em unidades domiciliares selecionadas a partir de uma amostra probabilística em dois estágios: no primeiro, sorteiam-se os setores censitários e, em seguida, procede-se ao arrolamento de todos os seus domicílios e a seleção das unidades domiciliares para pesquisa.

Para atender à precisão desejada dos indicadores, necessita-se de um tamanho mínimo de amostra que, por razões de custo, não é levantado em um único mês, mas sim em três meses. Por exemplo, no caso da Região Metropolitana de São Paulo, o tamanho necessário da amostra é de 9 mil domicílios, porém, o levantamento mensal é de 3 mil unidades domiciliares.

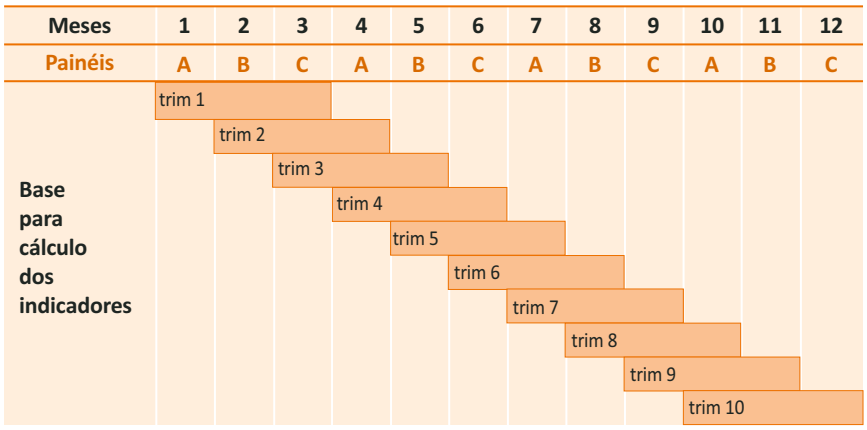
Dessa forma, o número total de setores censitários sorteados foi dividido em três painéis distintos, rotulados de A, B e C. Para os três primeiros meses da pesquisa, são levantadas as informações dos painéis A, B e C, respectivamente (Figura 2). Para os meses 4,7 e 10 são utilizados os setores censi-

tários do painel A, mas com sorteio de novas unidades domiciliares. As unidades domiciliares dos meses 5,8 e 11 são obtidas do painel B, e as dos meses 6, 9 e 12, do painel C. Desse modo, levantam-se, a cada mês, amostras independentes, ao mesmo tempo em que se aproveitam melhor os custos despendidos no processo de listagem dos setores censitários. Para o Distrito Federal, pesquisam-se todos os setores censitários todos os meses, mas novas unidades domiciliares são sorteadas mensalmente.

Apesar da periodicidade mensal dos levantamentos, o cálculo dos indicadores é realizado com os dados acumulados no trimestre, para garantir a precisão desejada. Desse modo, os indicadores são produzidos com as informações de trimestres móveis, que incluem sempre os três painéis, possibilitando o acompanhamento da conjuntura trimestral (Figura 2) e permitindo uma análise da tendência dos principais indicadores todos os meses.

Dessa maneira, as amostras mensais são independentes entre si, possibilitando que as informações de vários meses possam ser acumuladas para produzir indicadores mais precisos em análises estruturais, principalmente quando o fenômeno em estudo é pouco comum, o que constitui uma vantagem adicional deste planejamento amostral.

Figura 2



A Tabela 1 apresenta um resumo das informações sobre os tamanhos das amostras regionais.

No planejamento da amostra, estabeleceu-se a precisão desejada para alguns indicadores, principalmente para a taxa de desemprego total, garantindo, assim, a confiabilidade dos resultados. Estende-se a mesma confiabilidade para todos os demais indicadores divulgados, quer em estudos conjunturais ou estruturais. Para tanto, apresentam-se apenas os indicadores que possuem um coeficiente de variação de no máximo 7,5%.

Tabela 1

Tamanho esperado de amostra trimestral e mensal, número de conglomerados total e pesquisado por mês e número médio de domicílios pesquisado em cada conglomerado, por mês, por região de pesquisa

Regiões	Número esperado de domicílios por trimestre	Número esperado de domicílios por mês	Número de conglomerados pesquisados por trimestre	Número de conglomerados pesquisados por mês	Número médio de domicílios pesquisados por conglomerado, por mês
Belo Horizonte	7.600	2.530	474	158	16,0
Fortaleza	7.500	2.500	444	148	17,0
Porto Alegre	8.100	2.700	501	167	16,2
Recife	6.900	2.300	396	132	17,4
Salvador	7.500	2.500	381	127	19,1
São Paulo	10.380	3.460	655	218	15,9
Distrito Federal	7.600	2.530	333	333	7,6

Obs.: Conglomerados, em geral, são coincidentes com setores censitários.

Operacionalização da amostra

Definição dos painéis de setores censitários e sua renovação

O total de setores censitários sorteados no primeiro estágio da amostra é dividido em três painéis, para serem utilizados mensalmente. Como se sorteiam novas unidades domiciliares a cada mês, após um período de tempo variável (a depender do número de domicílios de cada setor), todos os setores censitários esgotar-se-iam, ou seja, teriam todos os seus domicílios pesquisados. A fim de evitar que isso aconteça e que seja necessário voltar a entrevistar domicílios já incluídos na pesquisa, optou-se por uma substituição gradual dos setores censitários.

Listagem dos setores censitários e atualização da listagem de domicílios por setor

A listagem consiste no levantamento e especificação de todos os domicílios existentes nos setores selecionados no primeiro estágio, formando assim um cadastro para cada setor censitário. Adicionalmente, esse cadastro deve possibilitar, tanto quanto possível, o reconhecimento imediato de cada domicílio, pelo entrevistador, no momento da realização da entrevista.[16] Para tanto, seu método básico consiste na descrição orientada dos domicílios e na elaboração de mapas detalhados (inclusive croquis) dos setores censitários.

16. Para compreensão detalhada das formas de abordagem de arrolamento dos domicílios ver Manual de Listagem (FUNDAÇÃO SEADE/DIEESE).

O arrolamento de todos os domicílios do setor censitário selecionado garante que qualquer domicílio tenha chance de ser sorteado, ou seja, de pertencer à amostra. Nesse sentido, a atualização sistemática dos setores censitários, feita por uma equipe de listadores na PED, garante a cobertura do sistema de referência.[17]

Esta atividade é complementada por uma equipe de checagem da listagem, que sistematicamente verifica os setores censitários, garantindo a qualidade dos arrolamentos.

Sorteio dos domicílios

A partir do arrolamento de todos os domicílios dentro dos setores censitários previamente selecionados, sorteiam-se, por meio de um processo de amostragem aleatória, as unidades domiciliares a serem pesquisadas.

Coleta de Dados

Procedimentos básicos da coleta de dados

Os procedimentos de coleta de dados alicerçados na montagem de uma estrutura setorizada – técnica e funcional – são definidos de forma a garantir simultaneamente a agilidade na captação de dados e a adequada aplicação do questionário.

A agilidade constitui requisito fundamental na medida em que, como já salientado anteriormente, a PED é uma pesquisa com periodicidade mensal e com exigência de responder a um nível de aproveitamento (número de domicílios pesquisados) da amostra definida *a priori*.

A correta aplicação do questionário é a garantia da utilização dos conceitos e critérios definidos pela PED, para assim responder aos seus propósitos analíticos de mercado de trabalho.

O cumprimento dessas exigências é mantido por meio de um sistema específico de controle que perpassa todas as atividades desenvolvidas no âmbito da pesquisa de campo, que embora setorizadas por especialização funcional, são inter-relacionadas e encadeadas num processo interno de trabalho, bem como através do apoio de um núcleo de metodologia que contribui para a solução de questões específicas que emergem no decorrer da pesquisa e faz a reciclagem metodológica das equipes de campo, quando necessário. Os trabalhos de campo contam também com a equipe de estatística, que se encarrega da solução de problemas oriundos da composição das amostras mensais.

Os procedimentos de coleta são seguidos por todas as PEDs em andamento, ainda que, em algumas regiões, parte das atividades de campo seja terceirizada. Nesses casos, são adotados mecanismos de controle sobre os trabalhos terceirizados por parte das instituições executoras, a fim de garantir a mesma qualidade e agilidade na produção dos dados.

17. Ver Manual de Listagem (FUNDAÇÃO SEADE/DIEESE).

Antecedendo a operação sistemática da coleta da pesquisa, é realizada, durante alguns meses, uma pesquisa piloto para testar todos os procedimentos operacionais adotados, envolvendo: dimensionamento, treinamento e organização das equipes, fluxograma das atividades de coleta, crítica, checagem, consistência eletrônica dos dados, processamento dos indicadores etc. Seu objetivo é garantir que a PED, uma vez implantada, não sofra interrupções e tenha previamente detectados e eliminados os erros passíveis de previsão, reduzindo assim ao mínimo a necessidade de alterações posteriores.

A duração da pesquisa piloto é planejada para três meses, mas pode se estender por um prazo maior, dependendo das dificuldades detectadas em campo. Esta pesquisa abarca uma amostra inicialmente pequena, que é ampliada mês a mês, até se alcançar a amostra plena, quando tem então início a pesquisa PED propriamente dita, na sua forma sistemática. Os dados gerados durante a pesquisa piloto não são divulgados por se tratar de uma fase de testes e também devido, em algumas regiões, ao tamanho reduzido da amostra.

A coleta sistemática de dados da PED ocorre imediatamente após o término da pesquisa piloto, devendo cobrir a amostra mensal dos domicílios a serem pesquisados na área em estudo. Esta coleta deve ser completada ao final de cada mês calendário, quando são iniciados os trabalhos preparatórios da coleta da amostra mensal subsequente.

A fase de execução operacional da PED compreende o planejamento das atividades mensais de campo e o levantamento das informações nos domicílios que compõem a amostra selecionada.

O planejamento das atividades de campo tem por finalidade garantir o cumprimento, no mês da coleta, da amostra mensal e a qualidade dos trabalhos de todas as equipes envolvidas na captação dos dados. Esta atividade consiste em organização dos trabalhos de cada setor de campo, regionalização da amostra mensal e sua distribuição para as equipes de supervisores, que têm a responsabilidade de redistribuir os lotes de domicílios aos entrevistadores, segundo a produtividade individual. Para o estabelecimento de metas e prazos para a execução dos trabalhos mensais de campo, é feita uma avaliação do desempenho dos meses anteriores e são reforçadas as instruções a todas as equipes sobre problemas específicos de captação, sempre que estes são detectados.

O cumprimento do planejamento mensal proposto é feito por meio de um sistema de controle das atividades de campo que permite acompanhar, diariamente, o fluxo de saída e entrada de questionários, o aproveitamento da amostra e, até mesmo, aspectos de ordem mais qualitativa, como, por exemplo, as falhas mais frequentes ocorridas na crítica e checagem dos questionários, no mês de referência.

A etapa de levantamento das informações compreende a aplicação do questionário nos domicílios sorteados e na supervisão, crítica e checagem dos dados coletados. Essas atividades são realizadas de forma simultânea, no decorrer da coleta de dados, por equipes funcionalmente especializadas, que

trabalham de forma interativa, para possibilitar o controle da qualidade do processo de levantamento das informações, no próprio momento de sua execução.

A seguir são detalhadas as etapas que envolvem o levantamento das informações.

Levantamento das informações

Realização da entrevista

O questionário da PED é aplicado a todos os moradores dos domicílios sorteados. Aqueles com 10 anos e mais, tendo em vista as informações que lhes são solicitadas, são entrevistados pessoalmente, ressalvando-se os casos das pessoas que, por razões diversas, após duas tentativas, não podem ser contatadas. Nestas situações, numa terceira visita ao domicílio, o entrevistador utiliza o recurso da entrevista indireta, ou seja, coleta as informações sobre essas pessoas ausentes com algum outro membro da família ou do domicílio, desde que este tenha condições de fornecer as informações requeridas com a maior precisão possível.

O entrevistador é previamente treinado para aplicar o questionário da PED seguindo todas as instruções contidas no Manual do Entrevistador, o qual é sistematicamente consultado para evitar incorreções na captação das informações.

Para facilitar e garantir a correta localização do domicílio a ser pesquisado, é fornecida ao entrevistador uma listagem dos domicílios correspondentes à sua cota do mês, com mapas detalhados e especificações sobre pontos de referência, ruas próximas mais conhecidas etc. A localização correta do domicílio é de fundamental importância para garantir que sejam pesquisados aqueles efetivamente sorteados, evitando possíveis desvios na amostra programada.

O trabalho do entrevistador é orientado e controlado por um supervisor, o qual esclarece dúvidas e dificuldades na aplicação do questionário e garante o cumprimento das metas programadas na coleta de dados.

Supervisão da coleta de dados

Esta atividade tem como finalidade assegurar a qualidade da produção de dados no momento da coleta, com o acompanhamento direto de sua execução e a solução de problemas detectados nas visitas ao domicílio. Nesse sentido, o supervisor não só realiza uma crítica preliminar dos dados de cada questionário como também acompanha e orienta o trabalho da sua equipe. Esta supervisão é realizada com base nos procedimentos que constam no Manual do Entrevistador e no Manual de Procedimentos do Supervisor, envolvendo: verificação do agendamento de visitas em horários e dias diferenciados; adequada compreensão dos conceitos e do questionário, por parte do entrevistador; dificuldades na abordagem do entrevistado, bem como na formulação das questões constantes no instrumento de coleta.

A PED conta com várias equipes de entrevistadores coordenadas por um supervisor, compostas, cada uma delas, por até cinco entrevistado-

res. Dessa forma, o supervisor pode acompanhar mais diretamente o desempenho de cada entrevistador de sua equipe ao longo do mês. Faz igualmente parte de suas funções acompanhar os entrevistadores nas situações em que estes encontrem dificuldades em contatar os moradores, como, por exemplo, nos casos em que os pesquisados residem em condomínios ou, até mesmo, em prédios de apartamentos.

Os questionários relativos aos domicílios pesquisados são encaminhados de forma contínua à equipe de crítica, à medida que são aprovados pelo supervisor. A liberação dos questionários deve ser feita com rapidez suficiente para garantir um ritmo de trabalho das fases posteriores à aplicação do questionário, ou seja, sem prejuízo do cumprimento de prazos e da qualidade dos trabalhos de crítica e checagem.

Crítica de questionários

Esta atividade é realizada por uma equipe interna que se orienta por instruções e procedimentos explícitos no Manual de Crítica.[18] A equipe de crítica examina cada um dos questionários, verificando: se a aplicação das questões obedeceu aos comandos previstos; se as alternativas de resposta foram corretamente codificadas; e se as observações descritas, nos casos das questões em que este procedimento é solicitado, estão coerentes com a alternativa de resposta assinalada. Este trabalho é completado por meio de um processo interativo com os supervisores de campo para possíveis esclarecimentos e que também prevê, quando necessário, retorno do entrevistador ao domicílio para solução de problemas detectados.

Cerca de 30% do material criticado e aprovado é selecionado para checagem.

Checagem de questionários

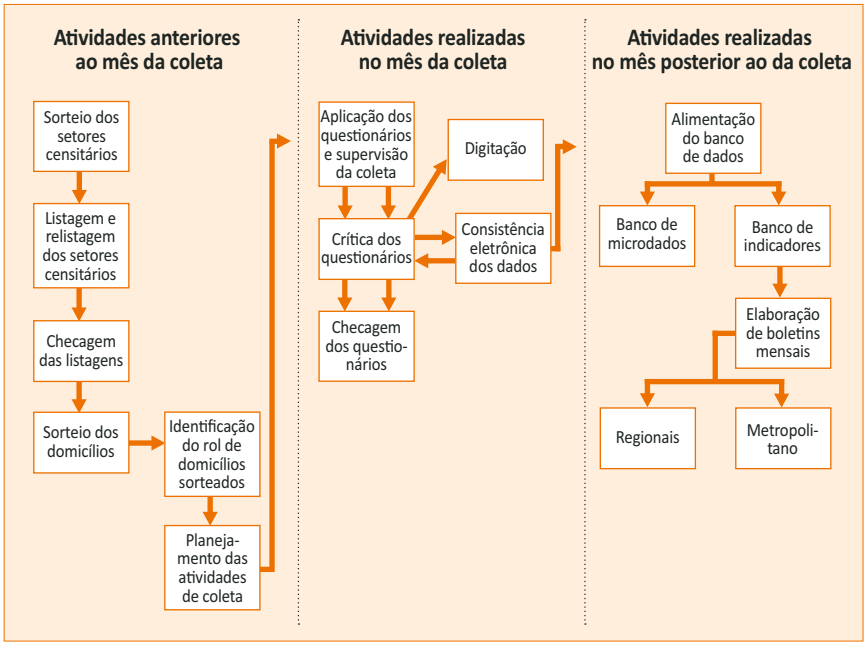
Uma equipe de checagem verifica diretamente no campo a qualidade dos trabalhos realizados pelos entrevistadores, confirmando desde a correta localização do domicílio pesquisado, a forma de apresentação da pesquisa para os entrevistados até a aplicação do questionário (por exemplo, número de indivíduos arrolados, número de visitas, situação ocupacional).[19] Esta atividade visa avaliar, por amostragem, o trabalho de coleta realizado e, eventualmente, corrigir informações captadas pelo entrevistador.

O material checado, depois de novamente avaliado pela equipe de crítica e esclarecidas eventuais dúvidas, é enviado para digitação e posterior consistência eletrônica dos dados.

O Fluxograma apresentado a seguir detalha a sequência e a interação das atividades desenvolvidas para a execução sistemática da PED, desde a listagem e o sorteio da amostra mensal, as atividades de coleta propriamente ditas até o processamento dos dados e a divulgação mensal dos resultados (Figura 3).

18. Para maiores esclarecimentos ver Manual de Crítica (FUNDAÇÃO SEADE/DIEESE).
19. Para maiores esclarecimentos ver Manual de Checagem (FUNDAÇÃO SEADE/DIEESE).

Figura 3
Fluxograma da produção mensal de dados da PED



Informatização da coleta de dados

A implantação da coleta eletrônica propiciou uma modernização do campo da PED na Região Metropolitana de São Paulo, especialmente no que diz respeito aos métodos de trabalho. Além da coleta em campo via *pocket*, esse novo incremento tecnológico indicou a necessidade de se integrar o processo eletrônico de coleta com as atividades desenvolvidas pelas equipes de supervisão, checagem e crítica, de forma a garantir a manutenção do processo original dos trabalhos de campo e, com isso, não provocar nenhuma mudança de procedimentos que configurasse uma descontinuidade da série histórica da pesquisa.

O desenvolvimento, a adaptação e implantação da coleta de dados eletrônica ocorreram entre 2002 e 2005, sendo finalmente concluídos em 2006.

Os pressupostos que orientaram esse desenvolvimento basearam-se, de modo geral, na transferência do questionário impresso para o computador de mão, de forma a causar o menor impacto possível na operacionalização dos conceitos da PED. Ou seja, a entrevista realizada via *pocket* atendeu a princípios básicos de aplicação em formulário impresso, tais como: manutenção da estrutura da entrevista, seguindo o esquema básico do questionário; condução da entrevista individual conforme o fluxo das questões para definição da condição de atividade dos entrevistados com 10 anos e mais; e preservação da transcrição

das respostas obtidas em algumas questões, inclusive das descrições de ocupação e setor de atividade da empresa para codificação satisfatória.

Assim, foram preservados os aspectos relacionados à formatação e diagramação originais para minimizar o impacto desse novo instrumento no trabalho do entrevistador nos resultados da pesquisa.

Para possibilitar a avaliação da coleta eletrônica dos dados, foi realizada uma pesquisa piloto nos sete municípios que compõem a região do ABC, durante três meses, de tal modo que foi possível comparar esta nova forma de coleta com a anterior.

O planejamento adotado para a pesquisa piloto permitiu aproximar essa etapa de testes da pesquisa mensal, gerando um melhor padrão de comparabilidade e permitindo identificar as diferenças proporcionadas pelo uso da nova tecnologia, que poderiam se refletir no desempenho tanto quantitativo como qualitativo da pesquisa.

Para a incorporação do novo sistema de controle de qualidade, foi necessária também uma revisão dos procedimentos de supervisão, crítica, checagem e consistência, pois, com a implementação de uma nova tecnologia de informática, as rotinas de trabalho de campo precisaram também ser avaliadas. Nesse sentido, vale destacar que os princípios básicos de cada função foram preservados.

O cronograma de implantação da coleta eletrônica da amostra plena da PED, na Região Metropolitana de São Paulo, estabeleceu o desenvolvimento de ações articuladas visando: ao aumento progressivo da amostra mensal de domicílios coletados via *pocket*; à capacitação gradual da equipe de pesquisadores; e incorporação dos supervisores e críticos na utilização do sistema de controle informatizado para execução de suas funções específicas. Cabe lembrar que cada novo elemento desta implantação estava condicionado ao sucesso dos procedimentos anteriores, ou seja, foram avaliados mês a mês as novas inserções de membros da equipe e o aumento da amostra.

A implantação da coleta informatizada constituiu uma nova etapa na história da pesquisa e propiciou uma modernização do campo da PED na Região Metropolitana de São Paulo, reiterando o compromisso de continuar o desenvolvimento de novos processos que objetivam o aprimoramento da eficiência operacional e técnica das áreas de campo, o que possibilitou a produção dos dados em intervalos menores de tempo, tornando assim mais ágil a disseminação de seus resultados mensais.

Finalmente, vale destacar que este novo incremento tecnológico será paulatinamente implantado também nas demais regiões metropolitanas que compõem a PED.

Processamento dos Dados

Consistência eletrônica dos dados

Após a crítica qualitativa e a checagem dos questionários, realiza-se a consistência eletrônica dos dados, que tem como objetivo detectar e

corrigir erros ou possíveis incoerências na aplicação do questionário, não identificadas nos procedimentos anteriores. Para tanto, foram desenvolvidos diversos *softwares*, com o intuito de analisar todas as respostas das variáveis que compõem o questionário e identificar possíveis incoerências. Esta atividade é desenvolvida de forma coordenada e simultânea à coleta dos dados – por meio eletrônico e impresso. Assim, as eventuais incoerências não são corrigidas automaticamente, mas uma equipe de analistas verifica todos os questionários com problemas, corrigindo os erros e retornando as inconsistências às equipes de campo para as devidas providências e correções.

Banco de dados e indicadores

Todas as respostas às questões do questionário da PED são codificadas numericamente, o que permite que todas as informações captadas sejam digitadas eletronicamente, gerando um arquivo com estrutura fixa que pode ser acessado pelos principais *softwares*. Além das informações captadas diretamente pelo questionário, o banco de dados inclui indicadores gerados posteriormente, como a condição de atividade das pessoas e a posição na ocupação, bem como informações familiares, entre as quais o rendimento familiar total e o número de membros da família. Após a consistência eletrônica, o arquivo de dados de cada mês, em formato *txt*, é agregado a uma base de dados estruturada em Statistical Package for the Social Sciences – SPSS, pacote também utilizado para o processamento dos dados. Os dados referentes à PED são disponibilizados em bases anuais, em formato *txt* ou *sav,* para serem utilizados no SPSS.

Está também disponibilizada uma base metropolitana com os microdados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, reunindo os dados referentes à População em Idade Ativa das regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e do Distrito Federal. A base metropolitana é formada pelas bases regionais padronizadas entre si e possibilita o processamento simultâneo de informações regionais e dos totais metropolitanos.

Disseminação de informações

A PED vem divulgando seus resultados em cada região metropolitana onde é realizada de forma sistemática desde seu início, contando com a assistência técnica permanente do SEADE e DIEESE.

Atualmente, a disseminação das informações do Sistema PED se dá por vários meios ao longo do ano: boletins mensais e anuais regionais e metropolitano; estudos especiais; disponibilização de conjunto de indicadores e base de microdados. A seguir é apresentada uma síntese de seus conteúdos.

Boletins Mensais

Em linhas gerais, o principal objetivo desta divulgação é acompanhar, no decorrer do ano calendário, a conjuntura e a evolução de cada mercado de trabalho regional e do conjunto das regiões que compõem o Sistema PED.

Atendendo a solicitações e observações de vários grupos de usuários e das equipes técnicas do Sistema PED, foram feitas mudanças no conteúdo e formato dos boletins regionais.

Os boletins mensais regionais e o metropolitano estão padronizados em seu conteúdo e são divulgados, em cada uma das seis regiões, numa mesma data preestabelecida desde fevereiro de 2007. Em 2009, iniciou-se a divulgação do boletim mensal da PED-RMF.

As alterações feitas visaram oferecer um material mais resumido e concentrado dos principais indicadores conjunturais sobre o mercado de trabalho das regiões, permanecendo disponível um grande conjunto de tabelas, anexas ao boletim impresso e nos *sites* das entidades executoras, com informações mais detalhadas.

Para tanto, os boletins são produzidos mensalmente e apresentados na forma impressa em uma coletiva presencial à imprensa, contendo os principais indicadores calculados em trimestres móveis: condição de atividade da população de 10 anos e mais; estimativas da População Economicamente Ativa - PEA, dos trabalhadores ocupados e dos desempregados; taxas de desemprego desagregadas nos seus três componentes (desemprego aberto, oculto pelo trabalho precário e oculto pelo desalento), bem como estimativas e taxas de crescimento da ocupação total e diferenciadas, segundo posição na ocupação e no setor de

atividade econômica, além dos respectivos rendimentos médios e massa de rendimentos dos ocupados e assalariados.

A divulgação mensal destes boletins contém não só uma análise comparativa do resultado do mês de referência de divulgação com os trimestres móveis imediatamente anteriores como também uma análise comparativa de seu resultado com o mesmo mês do ano anterior, permitindo o acompanhamento da evolução do desempenho do mercado de trabalho. Adicionalmente, os boletins trazem um anexo estatístico, com um conjunto maior de informações, permitindo aos diversos públicos destacar os demais aspectos e indicadores disponibilizados.

Completando a análise regional, o boletim Sistema PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego, Mercado de Trabalho Metropolitano apresenta os resultados médios do conjunto de seis das sete regiões onde a PED é realizada[20], a partir dos dados consolidados das regiões, com destaques regionais.

A estrutura de análise e os indicadores disponibilizados são semelhantes em todos esses boletins, tornando possível acompanhar, de forma mais abrangente o desempenho conjuntural dos mercados metropolitanos cobertos pela PED e identificar as especificidades de cada um desses mercados de trabalho.

As informações divulgadas e avaliadas na PED Metropolitana referem-se atualmente às regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e ao Distrito Federal, numa série histórica que tem início em 1998. Vale ressaltar que, em breve, será incluída nesse conjunto de análise a Região Metropolitana de Fortaleza, onde ainda é recente a implantação da pesquisa.

A divulgação mensal dos resultados da pesquisa nos formatos resumidos e seletivos tem tido boa acolhida por parte da imprensa, considerando-se o grande volume de informações divulgadas, pois na mesma data cada uma das sete regiões também divulga os resultados da PED-Metropolitana.

Boletins Anuais

Nos mesmos moldes dos boletins regionais e metropolitanos divulgados mensalmente, são elaborados os boletins anuais para cada uma das regiões metropolitanas e para o consolidado PED-Metropolitana. Essa divulgação anual contempla uma base mínima de variáveis e indicadores com o objetivo de oferecer um quadro sintético dos resultados da PED em todas as regiões do país e de atender à demanda de informações consolidadas sobre o desempenho do ano recém-finalizado. Para isso, no mesmo dia são divulgados os resultados do último trimestre do ano e os indicadores médios daquele ano, regionais e metropolitano.

20. Os resultados da PED-RMF ainda não se encontram incorporados à PED-Metropolitana. Isso está previsto para ocorrer a partir de 2010.

Os boletins anuais regionais e metropolitano complementam as análises conjunturais mensais. A estrutura dos boletins anuais é a mesma dos mensais, contudo, se refere ao conjunto de dados acumulados no ano calendário. Acompanhando as médias anuais, é possível obter um panorama da evolução estrutural do mercado de trabalho muito além das tendências conjunturais, porque a base de dados maior possibilita maior desagregação dos dados, sem diminuir a precisão estipulada.

Fica a critério dos parceiros institucionais a utilização dessa ampla base de indicadores anuais para destacar, no momento da divulgação, análises mais aprofundadas do desempenho dos mercados de trabalho metropolitanos (vistos internamente ou comparando-os com os demais), confirmar ou rejeitar hipóteses que se enunciam a partir dos dados mensais, explorar as características dos atributos pessoais, entre outros.

Estudos Especiais

É reconhecido pelos usuários o amplo potencial do Sistema PED para geração de informações, assim como o fato de que apenas uma pequena parcela de sua base de dados é utilizada na elaboração de estudos, análise e criação de indicadores para aprofundar o conhecimento sobre o mercado de trabalho e subsidiar a formulação de políticas públicas.

Merecem destaque, por conta de sua contribuição aos debates da sociedade brasileira, os muitos estudos realizados a partir da base de dados da PED sobre as discriminações sofridas por mulheres, negros, jovens e idosos no mercado de trabalho metropolitano.

Atendendo a demandas de órgãos de governo, entidades sindicais e movimentos sociais, a PED realiza e divulga, desde 2008, com periodicidade anual, estudos especiais sobre dois daqueles segmentos populacionais: as mulheres e os negros. São estudos cujo objetivo é detalhar como estes segmentos estão inseridos no mercado de trabalho, comparando situações socioeconômicas diferenciadas no conjunto da população. Estão também previstas, nesse mesmo formato, divulgações regulares de análises anuais sobre a inserção de jovens e idosos no mercado de trabalho.

Para a realização desses estudos especiais, utiliza-se a base anual, pois o aprofundamento das análises exige agregar dados da amostra por períodos mais longos de tempo, para garantir a significância estatística no detalhamento dos indicadores a serem construídos.

Destaca-se também a divulgação de estudos setoriais sobre segmentos de trabalhadores, tais como: trabalhadores da construção civil, do comércio, da saúde, metalúrgicos, bancários, costureiras etc. São estudos que atendem a demandas específicas ou são necessários para analisar o comportamento do mercado de trabalho em seu conjunto: formas de contratação do trabalho assalariado, características do trabalho dos autônomos, informalidade, precarização, características do desemprego, evolução dos rendimentos, jornada de trabalho, entre outros.

Disponibilização do Conjunto de Indicadores

O Sistema PED disponibiliza para consulta pública na internet, nos *sites* dos parceiros institucionais, um amplo conjunto de indicadores para cada região metropolitana onde a pesquisa é realizada. Encontram-se indicadores referentes aos trimestres móveis e à base anual, que podem ser consultados nos seguintes endereços:

- www.dieese.org.br
- www.SEADE.gov.br (RMSP)
- www.idt.org.br (RMF)
- www.stds.ce.gov.br (RMF)
- www.setrab.gdf.gov.br (DF)
- www.sei.ba.gov.br (SEI-RMS)
- www.sje.pe.gov.br (RMR)
- www.condepefidem.pe.gov.br (RMR)
- www.fee.tche.br (RMPA)
- www.fgtas.rs.gov.br (RMPA)
- www.sedese.mg.gov.br (RMBH)
- www.fjp.mg.gov.br (RMBH)

Base de Microdados

O Sistema PED disponibiliza para cada região e para o conjunto metropolitano os microdados acumulados para cada ano calendário, contendo não só todas as variáveis captadas por meio do questionário da pesquisa, mas também os principais indicadores definidos pela PED para cada indivíduo ou família. Com isso, os usuários têm autonomia para processamento desses microdados segundo os objetivos e a ótica analítica do pesquisador.

Acompanha a base de microdados da PED documentação com o propósito de propiciar ao usuário maior entendimento e facilidade de seu uso, abordando os seguintes aspectos:

- plano amostral, que explicita o desenho amostral, o cálculo dos indicadores e os erros amostrais;
- conceitos básicos, nos quais são apresentadas as definições de condição de atividade, principais indicadores de mercado de trabalho, domicílio, família e morador, assim como os períodos de referência adotados pela pesquisa;
- conceitos específicos, que contêm as definições relativas às principais variáveis caracterizadoras das diferentes situações de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho;
- processamento da base de dados, que explicita algumas especificidades da base e de sua estrutura;
- dicionário da base de dados, no qual é apresentada cada variável da base, acompanhada de sua descrição com os respectivos códigos;

- construção dos principais indicadores utilizados pela PED, em que é expressa a forma de cálculo de cada indicador;
- anexos, com as classificações e definições das ocupações adotadas e dos setores e ramos de atividade econômica.

Cada região metropolitana apresenta data distinta de disponibilização de seus microdados, de acordo com a implementação da pesquisa: RMSP, 1989; DF, 1992; RMPA, 1993; RMBH, 1996; RMS, 1997 e RMR, 1998.

Desde 2006, o Sistema PED divulga a base de microdados de cada região e do conjunto das seis regiões metropolitanas, com tratamento estatístico específico que permite a comparabilidade entre as informações. Note-se que a base da PED-Metropolitana contém dados padronizados referentes à PIA desde janeiro de 1998, quando a pesquisa estava implementada nas seis regiões. Embora esta base possa ser utilizada para processamentos exclusivamente regionais, recomenda-se que estes sejam efetuados nas próprias bases regionais, uma vez que o esforço de padronização para a geração da base metropolitana pode ter eliminado algumas características regionais que sejam de interesse.

Referências Bibliográficas

- BALTAR, P. E. de A. *Salários e Preços:* esboço de uma abordagem teórica. Tese de Doutorado. UNICAMP, Campinas, 1985.

- CORDOVA, E. Del empleo total al trabajo atípico: d'hacia un mirage en la evolución de las relaciones laborales?. *Revista Internacional del Trabajo*, Genebra: OIT, v. 105, n. 4, oct./dic. 1986.

- COUTINHO, L. A terceira revolução industrial e tecnológica. *Economia e Sociedade*, Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, n. 1, ago. 1992.

- DEDECCA, C. S. O desemprego na Pesquisa de Emprego e Desemprego. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação SEADE, v. 20, n. 4, p. 46-57, out./dez. 2006. Disponível em: <http://www.SEADE.gov.br/produtos/spp/v20n04/v20n04_04.pdf>. Acesso em: out. 2009.

- DEDECCA, C. S.; FERREIRA, S.P. Crescimento econômico e população economicamente ativa. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação SEADE, v. 2, n. 3, jul./set. 1988. Disponível em: <http://www.SEADE.gov.br/produtos/spp/v02n03/v02n03_09.pdf>. Acesso em: out. 2009.

- DIEESE. *Pesquisa DIEESE*: emprego e desemprego na Grande São Paulo - conceitos, metodologia e principais resultados (1981-1983). São Paulo, jul. 1984.

- DOSS, R. et al. Los programas del empleo y la medición estadística del desempleo. *Revista Internacional del Trabajo*, Genebra: OIT, v. 107, n. 2, abr./jun. 1988.

- DUPRÉ, M. T.; HUSSMANNS, R.; MEHRAN, F. The concept and boundary of economic activity for the measurement of the economically active population. *Bulletin of Labour Statistics*, Genebra: International Labour Office, n. 3, 1987.

- ELMESKOV, J.; PICHELMANN, K. *Unemployment and labour force participation*: trends and cycles. Paris: OCDE, Economic Department, 1993. (Working Papers, 130).

■ ESPING-ANDERSEN, G. (Org.). *Changing Classes* - Stratification and mobility in post-industrial society. London: Sage, 1993.

■ FARIA, V. Mudanças na composição do emprego e na estrutura das ocupações. In: BACHA, E.; KLEIN, H. S (Org.). *A transição incompleta*: Brasil desde 1945. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. v. 1.

■ FERREIRA, S. P.; LUCIO, C. G. Pesquisa de Emprego e Desemprego: inovações conceituais e institucionais. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação SEADE, v. 20, n. 4, p. 5-17, out./dez. 2006. Disponível em: <http://www.SEADE.gov.br/produtos/spp/v20n04/v20n04_01.pdf>. Acesso em: out. 2009.

■ FLECK, S.; SORRENTINO, C. Employment and unemployment in Mexico´s Labor Force. *Monthly Labor Review*, Washington, Bureau of Labor Statistics, v. 119, n. 11, Nov. 1994.

■ FREEDMAN, D. Employment and unemployment in the 1980´s: economic dilemmas and socio-political challenges. *International Labour Review*, Genebra: OIT, v. 123, n. 5, sept./oct. 1984.

■ Fundação SEADE/DIEESE. Conversão da série de rendimento do trabalho para reais. *Boletim da PED*, São Paulo, n. 119, 1994. Suplemento.

■ _____. Atualização dos valores absolutos das séries divulgadas pela PED. *Boletim da PED*, São Paulo, n. 96, 1993a.

■ _____. Mudanças na captação dos rendimentos do trabalho: dificuldades e procedimentos adotados. *Boletim da PED*, São Paulo, n. 113, 1993b. Suplemento.

■ _____. Atualização dos valores absolutos das séries divulgadas pela PED. *Boletim da PED*, São Paulo, n. 87, 1992.

■ _____. Alteração dos valores referentes à renda divulgada pela PED - jan. 1985 a dez. 1990. *Boletim da PED*, São Paulo, n. 75, 1991.

■ _____. Atualização dos valores absolutos da série divulgada pela PED jan. 1985 a set. 1990. *Boletim da PED*, São Paulo, n. 72, 1990.

■ _____. Nota técnica n. 1: reformulação do questionário da PED. *Boletim da PED*, São Paulo, n. 44, jun. 1988a.

■ _____. *Reformulação do questionário da PED*. São Paulo, 1988b. Mimeo.

■ _____. *Pesquisa de Emprego e Desemprego* – PED: comparação entre os principais conceitos utilizados nas Pesquisas de Emprego/Desemprego realizadas pela Fundação IBGE e pelo DIEESE/Fundação SEADE. São Paulo, 1988c. Mimeo.

■ _____. *Informativo de lançamento da PED*. São Paulo, maio 1984. Mimeo.

■ _____. *Pesquisa de Emprego e Desemprego*: manual de coordenação de coleta de dados. São Paulo.

■ _____. *Pesquisa de Emprego e Desemprego*: manual do entrevistador. São Paulo, [200-].

■ _____. *Pesquisa de Emprego e Desemprego*: manual de listagem. São Paulo, [200-].

■ _____. *Pesquisa de Emprego e Desemprego*: manual de consistência. São Paulo, [200-].

■ _____. *Pesquisa de Emprego e Desemprego*: manual de crítica. São Paulo, [200-].

■ _____. *Pesquisa de Emprego e Desemprego*: manual de checagem. São Paulo, [200-].

■ FURTADO, C. *Brasil*: a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

■ GUIMARÃES, N. A. Novas formas, novas medidas?: desemprego, trajetórias ocupacionais e experiências na produção de informações. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação SEADE, v. 20, n. 4, p. 103-126, out./dez. 2006. Disponível em: <http://www.SEADE.gov.br/produtos/spp/v20n04/v20n04_07.pdf>. Acesso em: out. 2009.

■ HAGA, A. Pesquisa de Emprego e Desemprego na Grande São Paulo. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação SEADE, v. 1, n. 3, 1987.

■ HOFFMANN, M. B. P. Indicadores de desemprego e emprego. In: SEMINÁRIO SOBRE INDICADORES SOCIAIS E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS, 1986, Recife. *Anais*... Recife: Sudene/OEA, 1986.

■ HOFFMANN, M. B. P.; CUTRIM, M. A. B. A classificação da condição de atividade na PED. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação SEADE, v. 20, n. 4, p. 18-35, out./dez. 2006. Disponível em: <http://www.SEADE.gov.br/produtos/spp/v20n04/v20n04_02.pdf>. Acesso em: out. 2009.

■ HOFFMANN, M. B. P.; MATTOSO, J. E. L. *A Pesquisa de Emprego e Desemprego na Grande São Paulo*: conceitos e alguns resultados. São Paulo: Fundação SEADE, 1985. Mimeo. Trabalho apresentado na Anpec.

■ JATOBÁ, J. Oferta de trabalho e flutuações econômicas. Brasil, 1979-1986. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo: Abep, v. 7, n. 2, jul./dez. 1990.

■ MARSHALL, A. *Non-standard employment practices in Latin America*. Genebra: International Institute for Labour Studies, 1987. (Discussion Paper, 6).

■ MATTOSO, J. E. L. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995.

■ MEDEIROS, C. A. *Padrões de industrialização e ajuste estrutural*: um estudo comparativo dos regimes salariais em capitalismos salariais. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia/Unicamp, Campinas, 1992.

■ MINISTÉRIO DO TRABALHO/IEI/UFRJ. *O mercado de trabalho Brasileiro*: estrutura e conjuntura. Brasília: Ministério do Trabalho, 1987.

■ NORWOOD, J. L. The measurement of unemployment. *American Economic Review*, Nashville: American Economic Association, v. 78, n. 2, may 1988.

■ OFFE, C. *O capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

■ OIT. Resolution concerning statistics of economically active population, employment, unemployment and underemployment : concepts and definitions. In: INTERNATIONAL CONFERENCE OF LABOUR STATISTICIANS, 13., 1982. Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 1982.

■ OLIVEIRA, C. A. B. Contrato coletivo e relações de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, C. A. B. et al. (Org.). *O mundo do trabalho*: crise e mudança no final do século. São Paulo: Scritta; Cesit-Unicamp, 1994.

■ PASTORE, J. Desigualdade e mobilidade social: dez anos depois. In: BACHA, E.; KLEIN, H. S. (Org.). *A transição incompleta*: Brasil desde 1945. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. v. 2.

■ PINTO, A. Heterogeneidad estructural y modelo de desarrollo reciente de La América Latina. In: _____. (Org.). *Inflación*: raíces estructurales. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1976.

■ PITTA, M.; MITTI, K. Ajuste sazonal e previsão da taxa de desemprego na Região Metropolitana de São Paulo. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação SEADE, v. 20, n. 4, p. 36-45, out./dez. 2006. Disponível em: <http://www.SEADE.gov.br/produtos/spp/v20n04/v20n04_03.pdf>. Acesso em: out. 2009.

■ RODGERS, G. Precarious jobs in Western Europe: the state of the debate. In: RODGERS, G.; RODGERS, J. (Org.). *Precarious jobs in labour market regulations*: the growth of atypical employment in Western Europe. Genebra: IILS/Free University of Brussels, 1989.

■ SABEL, C. *Work and politics*: the division of labour industry. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

■ SERRA, J. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: BELLUZZO, L. G. M.; COUTINHO, R. (Org.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982, v. 1.

■ SCHNEIDER, E. M.; RODARTE, M. M. S. Evolução do mercado de trabalho metropolitano: entre meados das décadas de 1990 e 2000. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação SEADE, v. 20, n. 4, p. 74-102, out./dez. 2006. Disponível em: <http://www.SEADE.gov.br/produtos/spp/v20n04/v20n04_06.pdf>. Acesso em: out. 2009.

■ SORRENTINO, C. Alternative unemployment indicators. *Monthly Labor Review*, Washington: Bureau of Labor Statistics, v. 118, n. 3, mar. 1993.

■ SOUZA, P. R. C. *A determinação do emprego e dos salários em economias atrasadas*. Tese (Doutorado) – IFCH/Unicamp, Campinas, 1980.

■ STANDING, G. *Labour insecurity through market regulation*: the legacy of the 1980´s. Genebra, OIT, 1991. Mimeo.

■ SYLOS-LABINI, P. The theory of unemployment, too, is historically conditioned. *Banca Nazionale del Lavoro Quartely Review*, Roma: Banca Nazionale del Lavoro, n. 163, dic. 1987.

■ TAVARES, M. C. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Tese (Livre Docência – FEA/UFRJ, Rio de Janeiro, 1974.

■ TOKMAN, V. E. The employment crisis in Latin America. *International Labour Review*, Genebra: OIT, v. 123, n. 5, sept./oct. 1984.

■ TRAVAIL ET EMPLOI. *De L`emploi et de la Formation Professionnelle*. Paris, Ministère du Travail, n. 38, déc. 1988.

■ TROYANO, A. A. *Pesquisa de Emprego e Desemprego*: metodologia, conceitos e aferições dos resultados. São Paulo, SPG – Convênio SEADE/DIEESE, 1992. Trabalho apresentado no Seminário Latino Americano Programa de Economia del Trabajo - PET, 1992a.

■ _____. Pesquisa de Emprego e Desemprego: metodologia, conceitos e aferições dos resultados. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação SEADE, v. 6, n. 4, p. 124-134, out./dez. 1992b.

■ _____. A trajetória de uma pesquisa: avanços e obstáculos. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação SEADE, v. 4, n. 3/4, p. 69-74, jul./dez. 1990.

■ _____. *Pesquisa de Emprego e Desemprego na Grande São Paulo*. São Paulo, SEP – Convênio SEADE/DIEESE, 1985. Trabalho apresentado no Prealc, 1985. Mimeo.

■ _____. *Como medir o desemprego numa economia subdesenvolvida*. São Paulo, Fundação SEADE, 1984. Trabalho apresentado na 36ª SBPC, 1984. Mimeo.

■ TROYANO, A. A. et al. A necessidade de uma nova conceituação de emprego e desemprego: a Pesquisa Fundação SEADE/DIEESE. *Revista da Fundação SEADE/São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação SEADE, v. 1, n. 1, p. 2-6, jan./abr. 1985a.

■ _____. Pesquisa de emprego e desemprego SEADE/DIEESE: operacionalização dos conceitos. *Revista da Fundação SEADE/São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação SEADE, v. 1, n. 2, p. 4-13, maio/ago. 1985b.

■ _____. *O emprego*: dimensões da crise. São Paulo: Fundação SEADE, 1984. Trabalho apresentado no 4o Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – Abep, Águas de São Pedro, SP, 1984. Mimeo.

Apêndice I - Questionário da Pesquisa

QUESTIONÁRIO DA PESQUISA
(Questionário da RMSP apresentado como modelo)

FUNDAÇÃO SEADE – DIEESE

SEADE

PED Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de São Paulo

DIEESE

BLOCO A – IDENTIFICAÇÃO DO DOMICÍLIO

Endereço (Rua ou Avenida) | Nº | Apto. | Telefone

Setor Censitário | Nº da Quadra | Bairro | Distrito | Município

Nº do Domicílio	Mês/Ano Pesquisa	Município	Distrito	Setor Censitário	Código do Entrevistador	Condição da Entrevista
3 (1 2 6)	Ø Ø (7 8)	Ø Ø (9 10)	(11 14)	(15 18)	(19 22)	(23 26)	(27 30)	(31)

BLOCO B – LISTAGEM DOS MORADORES POR FAMÍLIA(S)

– Quantas famílias moram neste domicílio? – Quantas pessoas moram neste domicílio?

Prenome de todos os Moradores	Sexo 1.M	Sexo 2.F	Idade	Nº do Indivíduo	Posição: Domicílio	Posição: Família	Nº da Família	Tipo de Morador	Observações
1 (Chefe)									
2									
3									
4									
5									
6									
7									
8									
9									

Código para Posição no Domicílio e na Família

1. Chefe
2. Cônjuge
3. Filho
4. Outro Parente
5. Agregado
6. Pensionista
7. Empregado Doméstico
8. Parente do Empregado Doméstico
9. Outros

Código para Tipo de Morador

1. Morador Presente com Resposta Direta
2. Morador Presente com Resposta Indireta
3. Morador Ausente
4. Não Morador Presente

Nome do Informante

BLOCO C – CARACTERIZAÇÃO DO DOMICÍLIO E DA FAMÍLIA

Total de Famílias no Domicílio	Total de Moradores no Domicílio	Checagem	Código do Crítico
(32 33)	(34 35)	(36)	(37 38)

Número do Domicílio	Número da Família	Total de Membros da Família	Pessoas Menores de 10 Anos na Família: Masculino	Pessoas Menores de 10 Anos na Família: Feminino	Pessoas de 10 Anos e Mais na Família: Masculino	Pessoas de 10 Anos e Mais na Família: Feminino
5 (1 2 6)	(7 8) Ø Ø (9 10)	(11 12)	(13 14)	(15 16)	(17 18)	(19 20)
5 (1 2 6)	(7 8) Ø Ø (9 10)	(11 12)	(13 14)	(15 16)	(17 18)	(19 20)
5 (1 2 6)	(7 8) Ø Ø (9 10)	(11 12)	(13 14)	(15 16)	(17 18)	(19 20)

BLOCO D – DADOS DE CONTROLE

Condição da Entrevista

1 ☐ Realizada
2 ☐ Recusada
3 ☐ Incompleta
4 ☐ Domicílio Fechado
5 ☐ Domicílio Vago
6 ☐ Unidade Inexistente

Motivo: _____

Nome do Entrevistador

Visitas: Data(s)	Visitas: Horário(s)	Total de Questionários Realizados	Controle	Nome	Data da Aprovação
			Supervisão		
			Crítica		
			Checagem		

NÚMERO DO QUESTIONÁRIO

Nº do Domicílio	Nº da Família	Nº do Indivíduo	Tipo de Morador	Data da Entrevista	Prenome do Indivíduo	Prenome do Informante
7 (1–2)	(6–7–8)	(9–10)	(11)	(12–17)		

BLOCO E – ATRIBUTOS PESSOAIS (menores de 10 anos)

1. Sexo (18)
1. masculino
2. feminino

2. Idade (19–20)

3. Posição no Domicílio (21)

4. Posição na Família (22)

5. Cor (23)
1. branca
2. preta
3. parda
4. amarela

6. Estado onde nasceu (24–25)

7. Último local de residência anterior à RMSP (26)
Local
1. sempre morou em municípios da RMSP
2. outro município do Estado
3. outro Estado. Qual? _____
4. outro país

Estado (27–28)

8. Tempo de residência na RMSP (em anos completos) (29–30)

9. Freqüenta escola de 1º grau? (31)
1. sim e sabe ler e escrever
2. sim, mas não sabe ler nem escrever
3. não, mas sabe ler e escrever
4. não e não sabe ler nem escrever

10. Última série concluída (32–33)
série (32)
grau (33)
1. 1º grau
2. nunca freqüentou

11. Grau concluído (34)
1. sim
2. não

NÚMERO DO QUESTIONÁRIO

Nº do Domicílio	Nº da Família	Nº do Indivíduo	Tipo de Morador	Data da Entrevista	Prenome do Indivíduo	Prenome do Informante
7 (1–2)	(6–7–8)	(9–10)	(11)	(12–17)		

BLOCO E – ATRIBUTOS PESSOAIS (menores de 10 anos)

1. Sexo (18)
1. masculino
2. feminino

2. Idade (19–20)

3. Posição no Domicílio (21)

4. Posição na Família (22)

5. Cor (23)
1. branca
2. preta
3. parda
4. amarela

6. Estado onde nasceu (24–25)

7. Último local de residência anterior à RMSP (26)
Local
1. sempre morou em municípios da RMSP
2. outro município do Estado
3. outro Estado. Qual? _____
4. outro país

Estado (27–28)

8. Tempo de residência na RMSP (em anos completos) (29–30)

9. Freqüenta escola de 1º grau? (31)
1. sim e sabe ler e escrever
2. sim, mas não sabe ler nem escrever
3. não, mas sabe ler e escrever
4. não e não sabe ler nem escrever

10. Última série concluída (32–33)
série (32)
grau (33)
1. 1º grau
2. nunca freqüentou

11. Grau concluído (34)
1. sim
2. não

NÚMERO DO QUESTIONÁRIO

Nº do Domicílio	Nº da Família	Nº do Indivíduo	Tipo de Morador	Data da Entrevista	Prenome do Indivíduo	Prenome do Informante
7 (1–2)	(6–7–8)	(9–10)	(11)	(12–17)		

BLOCO E – ATRIBUTOS PESSOAIS (menores de 10 anos)

1. Sexo (18)
1. masculino
2. feminino

2. Idade (19–20)

3. Posição no Domicílio (21)

4. Posição na Família (22)

5. Cor (23)
1. branca
2. preta
3. parda
4. amarela

6. Estado onde nasceu (24–25)

7. Último local de residência anterior à RMSP (26)
Local
1. sempre morou em municípios da RMSP
2. outro município do Estado
3. outro Estado. Qual? _____
4. outro país

Estado (27–28)

8. Tempo de residência na RMSP (em anos completos) (29–30)

9. Freqüenta escola de 1º grau? (31)
1. sim e sabe ler e escrever
2. sim, mas não sabe ler nem escrever
3. não, mas sabe ler e escrever
4. não e não sabe ler nem escrever

10. Última série concluída (32–33)
série (32)
grau (33)
1. 1º grau
2. nunca freqüentou

11. Grau concluído (34)
1. sim
2. não

Tipo de Registro	Número do Domicílio	Número da Família	Número do Indivíduo	Tipo de Morador	Data da Entrevista (Dia / Mês / Ano)	Nome do Indivíduo / Nome do Informante
7						

Bloco E - Atributos Pessoais (10 anos e mais)

1. Sexo	2. Idade	3. Posição no Domicílio	4.Posição na Família	5. Cor	6. Estado onde nasceu
1. Masculino 2. Feminino				1. Branca 3.Parda 2. Preta 4. Amarela	

7. Último local de residência anterior à RMSP

Local
1. Sempre morou em municípios da RMSP
2. Outro município do Estado
3. Outro Estado. Qual?_____
4. Outro País

Estado

8. Tempo de residência na RMSP em anos completos

9. Freqüenta escola?
1. Sim e sabe ler e escrever
2. Sim, mas não sabe ler nem escrever
3. Não, mas sabe ler e escrever
4. Não e não sabe ler nem escrever

10.Última série concluída
série grau
1. 1º grau
2. 2º grau
3. 3º grau
4.nunca freqüentou

11.Grau concluído
1. Sim
2. Não

Bloco F - Situação Ocupacional (PED)

12. O Sr.(a) procurou trabalho nos últimos 30 dias?

Sim. Que providências tomou?

- 1 Procurou empresa(s), agência(s) ou sindicato(s)
- 2 Procurou o SINE
- 3 Colocou ou respondeu anúncio(s)
- 4 Procurou parente(s), amigo(s) ou conhecido(s)
- 5 Procurou na rua
- 6 Fez contatos com possíveis clientes
- 7 Outra providência. Especifique:

Passe para 16

- 8 Nada fez
- 9 Não

Siga13

13. E nos últimos 12 meses?

- 1 Sim → Siga 14
- 2 Não → Passe para 17

14. E hoje, o Sr.(a) ainda necessita arrumar trabalho?

- 1 Sim → Siga 15
- 2 Não → Passe para 17

15. Então por que não procurou trabalho nos últimos 30 dias?

- 1 Está muito difícil encontrar trabalho
- 2 Teve problemas temporários que interromperam a procura nesses últimos 30 dias
- 3 Tem uma proposta de trabalho assegurada

Siga 16

- 4 Agora está sem tempo para trabalhar
- 5 Outro motivo. Especifique:

Passe para 17

16. Durante quanto tempo o Sr.(a) ficou (está) procurando trabalho?

Se vem da questão 12 ___ Anos ___ Meses ___ Dias

Se vem da questão 15 ___ Anos ___ Meses ___ Dias

- Se 15 dias ou mais → Passe para 21
- Se menos de 15 dias → Siga 17

17. O Sr.(a) fez algum tipo de trabalho nos últimos 7 dias?

- [ ] 1 Sim → Siga 18
- [ ] 2 Não → Passe para 20

18. Normalmente, com que freqüência o Sr.(a) realiza este trabalho?

Descreva: _____

- [ ] 1 Regular contínua
- [ ] 2 Regular descontínua

Passe para 25

- [ ] 3 Irregular → Siga 19

19. O Sr.(a) faz este trabalho:

- [ ] 1 Toda vez que aparece serviço, independente dos afazeres domésticos ou dos estudos → Passe para 25
- [ ] 2 Raramente, porque só faz quando sobra tempo dos afazeres domésticos ou dos estudos → Passe para 45

20. Por que o Sr.(a) não trabalhou nos últimos 7 dias?

- [ ] 1 Houve uma interrupção temporária
- [ ] 2 Estava de férias, descansando ou viajando
- [ ] 3 Tem trabalho, mas não é nestes dias que o realiza

Passe para 25

- [ ] 4 O serviço acabou; perdeu ou deixou o emprego
- [ ] 5 Não deseja; não pode trabalhar (estudante, afazeres domésticos, aposentado, está no INSS, etc.)

Passe para 45

21. Quando foi a última vez que o Sr.(a) procurou efetivamente trabalho?

- [ ] 1 Nos últimos 7 dias
- [ ] 2 De 8 a 15 dias
- [ ] 3 De 16 dias a 1 mês
- [ ] 4 Mais de 1 mês a 2 meses
- [ ] 5 Mais de 2 a 3 meses
- [ ] 6 Mais de 3 a 6 meses
- [ ] 7 Mais de 6 meses a 1 ano

Siga 22

- [ ] 8 Mais de 1 ano → Volte para 13 Alternativa 2

22. O Sr.(a) trabalhou nos últimos 7 dias?

- [ ] 1 Sim → Siga 23

Não. Por quê?

- [ ] 2 Houve uma interrupção temporária
- [ ] 3 Estava de férias, descansando ou viajando
- [ ] 4 Tem trabalho, mas não é nestes dias que o realiza

Siga 23

- [ ] 5 O trabalho acabou e não encontrou outro; nestes dias está sem serviço → Passe para 48
- [ ] 6 Perdeu ou deixou o emprego ou o trabalho em negócio familiar → Passe para 50
- [ ] 7 É a primeira vez que procura trabalho; nunca trabalhou antes → Passe para 56

23. Qual foi o principal motivo que levou o Sr.(a) a procurar trabalho?

Descreva: _____

- [ ] 1 Para mudar de trabalho → Siga 24
- [ ] 2 Estava desocupado ou trabalhava, mas já conseguiu o trabalho procurado
- [ ] 3 Quer um trabalho adicional para complementar o que já tem
- [ ] 4 Procura de mais clientes

Passe para 25

- [ ] 5 Estava de aviso prévio ou perdeu o emprego nos últimos 30 dias
- [ ] 6 Deseja um trabalho remunerado em dinheiro

Passe para 50

24. Normalmente, com que freqüência o Sr.(a) vem realizando seu trabalho?

Descreva:

- ☐ 1 Regular contínua
- ☐ 2 Regular descontínua

Siga 25

- ☐ 3 Irregular → Passe para 50

25. Qual é a sua ocupação ou função, no seu trabalho principal?

Descreva detalhadamente o que faz:

26. Qual a atividade do negócio ou da empresa onde exerce seu trabalho principal?

Descreva detalhadamente a atividade do negócio ou da empresa:

27. Em que município o Sr.(a) trabalha?

28. O Sr.(a) contribui para a previdência social?

☐ 1 Sim ☐ 2 Não

29. No seu trabalho principal, o Sr.(a) é:

- ☐ 1 Empregado → Siga 30
- ☐ 2 Conta-própria ou autônomo → Passe para 31
- ☐ 3 Empregador
- ☐ 4 Profissional universitário autônomo
- ☐ 5 Dono de negócio familiar
- ☐ 6 Trabalhador familiar sem remuneração salarial

Passe para 38

30. Que tipo de empregado o Sr.(a) é:

- ☐ 1 Assalariado sem comissão
- ☐ 2 Assalariado com comissão
- ☐ 3 Que recebe exclusivamente em espécie ou benefício
- ☐ 4 Que presta serviço militar obrigatório, assistencial ou religioso com alguma remuneração

Passe para 33

- ☐ 5 Que ganha exclusivamente por produção → Siga 31
- ☐ 6 Doméstico(a) mensalista
- ☐ 7 Doméstico(a) diarista
- ☐ 8 Doméstico(a) que recebe só em espécie ou benefício

Passe para 36

31. Para quem o Sr.(a) trabalha?

Descreva:

- ☐ 1 Para uma empresa ou negócio
- ☐ 2 Para mais de uma empresa ou negócio
- ☐ 3 Para a população em geral (pessoas físicas ou pessoas físicas e jurídicas)

32. De quem são os instrumentos básicos (ou o capital) com os quais o Sr.(a) trabalha?

- [ ] 1 Próprios. Exemplifique: _____
- [ ] 2 De outra pessoa ou de uma empresa. Exemplifique: _____

Passe para 38

33. A empresa onde o Sr.(a) trabalha é a mesma que lhe paga?

- [ ] 1 Sim
- [ ] 2 Não sabe

Passe para 36

- [ ] 3 Não → Siga 34

34. Qual a atividade do negócio ou da empresa que lhe paga?
Descreva detalhadamente a atividade do negócio ou da empresa:

_____

35. Quem lhe fornece os instrumentos e os materiais necessários para seu trabalho?

- [ ] 1 A empresa que lhe paga
- [ ] 2 A empresa onde exerce seu trabalho

36. O Sr.(a) tem carteira profissional assinada pelo atual empregador?

- [ ] 1 Não, porque é funcionário público estatutário → Passe para 40

Siga 37

- [ ] 2 Não, por outros motivos
- [ ] 3 Sim, contrato por prazo indeterminado
- [ ] 4 Sim, contrato por prazo determinado, segundo Lei 9.601, de janeiro de 1998
- [ ] 5 Sim, contrato por prazo determinado, outros tipos de contrato

37. O negócio ou a empresa que lhe paga é:

- [ ] 1 Uma firma exclusivamente privada ou particular → Siga 38

Passe para 40

- [ ] 2 Uma instituição pública (Governo Municipal, Estadual ou Federal, Empresa de Economia Mista, Autarquia, etc.)
- [ ] 3 Trabalha em serviços domésticos
- [ ] 4 Não sabe → Siga 38

38. Quantos empregados trabalham normalmente nesse negócio ou na empresa que lhe paga?

- [ ] 01 Nenhum, trabalha sozinho
- [ ] 02 Nenhum, trabalha com familiares e/ou sócios
- [ ] 03 De 1 a 2 empregados
- [ ] 04 De 3 a 5 empregados
- [ ] 05 De 6 a 9 empregados
- [ ] 06 De 10 a 49 empregados
- [ ] 07 De 50 a 99 empregados
- [ ] 08 De 100 a 499 empregados
- [ ] 09 500 ou mais empregados
- [ ] 10 Não sabe

39. Em que tipo de local funciona o seu negócio ou a empresa que lhe paga?

- [ ] 1 Na residência, em cômodo adaptado
- [ ] 2 Na residência, em cômodo não adaptado
- [ ] 3 Fora da residência: em prédio, casa, sala ou galpão
- [ ] 4 Fora da residência: em barraca ou banca (construções leves)
- [ ] 5 Sem instalações fixas: táxi, caminhão, kombi ou barco (equipamento automotivo)
- [ ] 6 Sem instalações fixas, mas com algum equipamento (exclusive automotivo)
- [ ] 7 Sem instalações fixas e sem equipamento
- [ ] 8 Outro local. Especifique: _____

40. Há quanto tempo está neste emprego ou negócio?

Anos ___ Meses ___ Dias ___

41. Além do seu trabalho principal, o Sr.(a) realizou algum trabalho adicional nos últimos 30 dias?

- [ ] 1 Sim, remunerado
- [ ] 2 Sim, não remunerado
- [ ] 3 Não

42. Quanto o Sr.(a) ganhou pelo trabalho realizado no mês passado?

TRABALHO PRINCIPAL

Emprego assalariado — R$ _____ Remuneração bruta ou contratual — R$ _____ Remuneração líquida

Empregador, conta-própria, demais — R$ _____ Retirada mensal

TRABALHO ADICIONAL

Emprego assalariado — R$ _____ Remuneração bruta ou contratual — R$ _____ Remuneração líquida

Empregador, conta-própria, demais — R$ _____ Retirada mensal

POR PENSÃO E/OU APOSENTADORIA — R$ _____

43. Quantas horas o Sr.(a) trabalhou efetivamente em cada um dos seus trabalhos na semana passada?

No trabalho principal:

___ Horas Semanais

Nos outros trabalhos:

___ Total

1º _____ Horas Semanais

2º _____ Horas Semanais

3º _____ Horas Semanais

44. O Sr.(a) deseja e tem disponibilidade efetiva de trabalhar mais horas semanalmente, além das horas normalmente trabalhadas?

1 Sim. Quantas horas a mais? [ ] Horas Semanais Adicionais

2 Não [Ø Ø Ø] Horas Semanais Adicionais

Encerre a entrevista

45. A sua situação ou condição principal, nos últimos 7 dias, era de:

- [ ] 1 Aposentado ou pensionista de órgãos previdenciários do Governo
- [ ] 2 Está no INSS ou "encostado na Caixa" (auxílio-doença)

  Há quanto tempo? [ ] Anos [ ] Meses [ ] Dias

- [ ] 3 Cuidar dos afazeres domésticos
- [ ] 4 Estudante
- [ ] 5 Viver de renda
- [ ] 6 Viver de ajuda de parentes e/ou conhecidos
- [ ] 7 Outra. Especifique: _____

46. O Sr.(a) fez algum trabalho nos últimos 30 dias?

- [ ] 1 Sim, mas só porque sobrou tempo dos afazeres domésticos ou dos estudos (Trabalho excepcional) → Passe para 58
- [ ] 2 Sim, mas foi aquele trabalho que perdeu, deixou ou acabou
- [ ] 3 Não

Siga 47

47. Quanto o Sr.(a) recebeu (referente ao mês passado)?

Pensão e/ou aposentadoria R$ [ ]

Seguro-Desemprego R$ [ ] Qual parcela? [ ]

Encerre a entrevista

48. Normalmente, com que freqüência o Sr.(a) vinha realizando este trabalho?

Descreva: _____

- [ ] 1 Regular contínua
- [ ] 2 Regular descontínua

Passe para 50

- [ ] 3 Irregular → Siga 49

49. O Sr.(a) procurou trabalho para:

- [ ] 1 Conseguir mais clientes, continuando no mesmo tipo de trabalho
- [ ] 2 Conseguir um trabalho diferente daquele que vinha realizando

50. No seu último trabalho o Sr.(a) era:

- ☐ 1 Empregado assalariado
- ☐ 2 Empregado de uma empresa ou negócio, que ganhava exclusivamente por produção
- ☐ 3 Empregado de mais de uma empresa, que ganhava exclusivamente por produção
- ☐ 4 Empregado(a) doméstico(a) mensalista ou diarista
- ☐ 5 Conta-própria ou autônomo que trabalhava para uma empresa ou negócio
- ☐ 6 Conta-própria ou autônomo que trabalhava para mais de uma empresa
- ☐ 7 Conta-própria ou autônomo que trabalhava para a população em geral (pessoas físicas ou pessoas físicas e jurídicas)
- ☐ 8 Outro. Especifique _____

Siga 51

- ☐ 9 Nunca trabalhou → Passe para 56

51. Qual era a sua ocupação ou função no seu último trabalho?

Descreva detalhadamente o que fazia: _____

52. Qual era a atividade do negócio ou da empresa para a qual o Sr.(a) trabalhava?

Descreva detalhadamente a atividade do negócio ou da empresa: _____

53. Durante quanto tempo o Sr.(a) trabalhou nesse último emprego ou negócio?

Anos ____ Meses ____ Dias ____

54. Quanto tempo faz que o Sr.(a) perdeu ou deixou esse trabalho?

Anos ____ Meses ____ Dias ____

55. Por que o Sr.(a) perdeu ou deixou esse trabalho?

- ☐ 1 Por motivos da empresa ou do negócio (foi despedido, a empresa fechou, o serviço acabou, etc.)
- ☐ 2 Por motivos particulares (tomou a iniciativa de sair, não estava satisfeito com as condições de trabalho, aposentadoria, etc.)

56. Quais foram os dois meios mais utilizados pelo Sr.(a) para sobreviver nos últimos 30 dias?

Registrar: (1) Sim (2) Não

- ☐ Trabalhos irregulares, ocasionais, bicos, etc.
- ☐ Ajuda de parentes e/ou conhecidos
- ☐ Outra(s) pessoa(s) da família tem trabalho
- ☐ Dinheiro do fundo de garantia
- ☐ Dinheiro do seguro-desemprego
- ☐ Pensão ou aposentadoria
- ☐ Outro. Especifique: _____

57. O Sr.(a) fez algum tipo de trabalho nos últimos 30 dias?
(Trabalho com freqüência irregular; Trabalhador familiar; Remunerado em espécie ou benefício.)

- [ ] 1 Sim → Siga 58
- [ ] 2 Não → Passe para 63

58. Qual é a sua ocupação ou função neste trabalho?
Descreva detalhadamente o que faz:

59. Qual é a atividade desse negócio?
Descreva detalhadamente a atividade do negócio:

60. Nesse trabalho o Sr.(a) é:

- [ ] 1 Empregado que recebe exclusivamente por produção → Siga 61
- [ ] 2 Empregado que recebe exclusivamente em espécie ou benefício
- [ ] 3 Empregado(a) doméstico(a) diarista
- [ ] 4 Empregado(a) doméstico(a) que recebe exclusivamente em espécie ou benefício
- [ ] 5 Profissional universitário autônomo
- [ ] 6 Dono de negócio familiar
- [ ] 7 Trabalhador familiar sem remuneração salarial

Passe para 62

- [ ] 8 Conta-própria ou autônomo → Siga 61

61. Para quem o Sr.(a) trabalha?
Descreva:

- [ ] 1 Para uma empresa ou negócio
- [ ] 2 Para mais de uma empresa ou negócio
- [ ] 3 Para a população em geral
  (pessoas físicas ou pessoas físicas e jurídicas)

62. Quantas horas o Sr.(a) trabalhou efetivamente na semana passada?

Horas Semanais

63. Quanto o Sr.(a) recebeu (referente ao mês passado)?

Trabalhos ocasionais R$
Pensão e/ou aposentadoria R$
Seguro-Desemprego R$ Qual parcela?

Encerre a entrevista

CÓDIGOS PARA PREENCHIMENTO DAS QUESTÕES 6 E 7 (BLOCO E)
UNIDADES DA FEDERAÇÃO

11 Rondônia
12 Acre
13 Amazonas
14 Roraima
15 Pará
16 Amapá
17 Tocantins
21 Maranhão
22 Piauí
23 Ceará
24 Rio Grande do Norte
25 Paraíba
26 Pernambuco
27 Alagoas
28 Sergipe
29 Bahia
31 Minas Gerais
32 Espírito Santo
33 Rio de Janeiro
35 São Paulo
41 Paraná
42 Santa Catarina
43 Rio Grande do Sul
50 Mato Grosso do Sul
51 Mato Grosso
52 Goiás
53 Distrito Federal
60 Brasil (sem especificação)
70 Outro País

CÓDIGOS PARA O PREENCHIMENTO DA QUESTÃO 27 (BLOCO F)
MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

0390 Arujá
0570 Barueri
0660 Biritiba-Mirim
0900 Caieiras
0920 Cajamar
1060 Carapicuíba
1300 Cotia
1380 Diadema
1500 Embu
1510 Embu-Guaçu
1570 Ferraz de Vasconcelos
1630 Francisco Morato
1640 Franco da Rocha
1830 Guararema
1880 Guarulhos
2220 Itapecerica da Serra
2250 Itapevi
2310 Itaquaquecetuba
2500 Jandira
2620 Juquitiba
2850 Mairiporã
2940 Mauá
3060 Mogi das Cruzes
3440 Osasco
3910 Pirapora do Bom Jesus
3980 Poá
4330 Ribeirão Pires
4410 Rio Grande da Serra
4500 Salesópolis
4680 Santa Isabel
4730 Santana de Parnaíba
4780 Santo André
4870 São Bernardo do Campo
4880 São Caetano do Sul
4995 São Lourenço da Serra
5030 São Paulo
5250 Suzano
5280 Taboão da Serra
5645 Vargem Grande Paulista
9015 Outros Municípios
9027 Vários Municípios

CÓDIGOS PARA PREENCHIMENTO DAS QUESTÕES 26, 34, 52 E 59 (BLOCO F)
SETORES DA ATIVIDADE ECONÔMICA

1004 AGRICULTURA, PECUÁRIA E EXTRAÇÃO VEGETAL

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

2010 Metalúrgica, Mecânica, Mat. Elétrico-Eletrônico e Mat. de Transporte
2021 Química, Farmacêutica e Plásticos
2033 Têxtil
2045 Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido
2057 Alimentação
2069 Mobiliário e Produtos de Madeira
2070 Artefatos de Borracha
2082 Papel, Papelão e Cortiça
2094 Gráficas e Editoras
2100 Vidros, Cristais, Espelhos, Cerâmicas
2112 Materiais de Construção
2136 Artesanato
2999 Outras Indústrias de Transformação

CONSTRUÇÃO CIVIL

3013 Construção de Edificações e Obras de Infra-Estrutura

3025 Reformas e Reparação de Edificações

4005 COMÉRCIO DE MERCADORIAS (Atacado e Varejo)

SERVIÇOS

5022 Transportes e Armazenagem
5034 Serviços de Utilidade Pública
5046 Serviços Especializados
5058 Serviços de Administração Pública, Forças Armadas e Polícia
5060 Serviços Creditícios e Financeiros
5071 Serviços Pessoais
5083 Serviços de Alimentação
5095 Educação
5101 Saúde
5113 Serviços Domésticos
5137 Serviços de Comunicações
5149 Diversões, Radiodifusão e Teledifusão
5150 Serviços Comunitários
5162 Comércio, Administração de Valores Imobiliários e de Imóveis
5174 Serviços Auxiliares
5186 Oficinas de Reparação Mecânica
5198 Outros Serviços de Reparação e Limpeza
5990 Outros Serviços

OUTROS

6014 Embaixadas, Consulados, Representações Oficiais e Políticas
6993 Outras Atividades Não-Classificadas

OBSERVAÇÕES GERAIS:

OBSERVAÇÕES SOBRE OS QUESTIONÁRIOS INDIVIDUAIS:

Prenome e Nº do Indivíduo

Apêndice II - Operacionalização dos conceitos

Estrutura do Questionário

O questionário da PED é composto por seis blocos articulados entre si:

- os blocos A (Identificação do Domicílio), B (Listagem dos Moradores por Famílias) e C (Caracterização do Domicílio e da Família) objetivam identificar o domicílio e arrolar todos os moradores por família, inclusive os menores de 10 anos, distribuindo-os por idade, sexo, posição no domicílio e na família e tipo de morador;
- o Bloco D (Dados de Controle) visa facilitar o desempenho do pesquisador e garantir o controle dos trabalhos de campo;
- o Bloco E (Atributos Pessoais) tem por objetivo registrar as informações individuais arroladas no Bloco B e obter outras informações relativas aos atributos pessoais, tais como cor, nível de escolaridade e migração;
- o Bloco F (Situação Ocupacional) é utilizado para coletar dados sobre a situação ocupacional da população de 10 anos e mais - PIA.

Com o propósito de garantir agilidade à pesquisa, o questionário é previamente codificado com as alternativas de respostas que possibilitam identificar e caracterizar as diferentes situações específicas, e é estruturado no sentido de encaminhar a entrevista apenas para questões pertinentes a cada situação individual. No entanto, ele permite captar as informações suficientes para gerar indicadores adotados por outras metodologias.

O controle interno do questionário da PED advém da obrigatoriedade de descrições detalhadas das respostas de algumas questões que possibilitam a verificação, pelas equipes de campo, da adequação da codificação realizada pelo entrevistador. Além disso, outras questões permitem checar possíveis contradições de respostas obtidas na entrevista e captar informações específicas.

Para garantir maior confiabilidade das informações, sobretudo daquelas coletadas no bloco F, a PED exige que seja feito todo o esforço possível para que a entrevista seja respondida ***diretamente*** por todos os indivíduos de 10 anos e mais.[21]

21. Só são aceitas entrevistas indiretas após a terceira visita ao domicílio. Este procedimento é controlado pelo supervisor no momento da recepção e checagem do questionário.

Captação da Condição de Atividade da PIA

A condição de atividade do indivíduo de 10 anos e mais é captada pela aplicação do bloco F, núcleo central da pesquisa, por meio do conjunto de questões de 12 a 24, de acordo com os conceitos adotados de desemprego, ocupado e inativo. As Figuras 1, 2 e 3 apresentam o fluxo para classificação da condição de atividade de cada indivíduo a partir de suas respostas ao questionário.

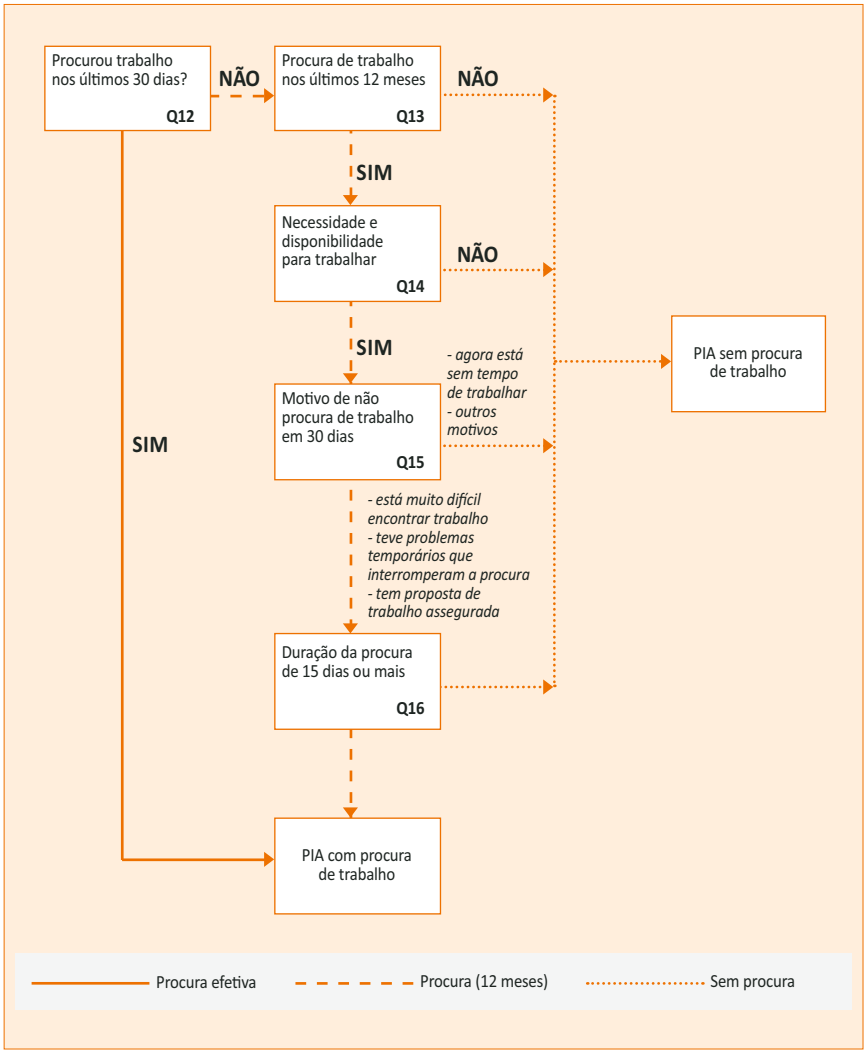
PIA com Procura de Trabalho

Para a classificação da PIA com procura de trabalho, são obtidas, inicialmente, as informações sobre a disponibilidade atual para trabalhar, manifesta na *procura efetiva de trabalho* ou na *disponibilidade para trabalhar com procura em 12 meses*, da seguinte forma:

- *procura efetiva*: investiga-se se o indivíduo tomou providências concretas nos últimos 30 dias para conseguir um trabalho (questão 12);
- *disponibilidade para trabalhar com procura em 12 meses*, ou seja, desalento da procura efetiva, identificada por:
  - procura de trabalho em 12 meses (questão 13);
  - necessidade atual de conseguir um trabalho (questão 14);
  - não ter procurado trabalho em 30 dias (questão 15) devido à dificuldade de conseguir trabalho, dada a retração do mercado de trabalho ou por motivos circunstanciais, tais como doença, problemas familiares, falta de dinheiro, proposta de trabalho assegurada;
  - duração mínima de 15 dias de procura ativa de trabalho nos últimos 12 meses (questão 16).

Figura 1

Total PIA: investigação da procura do trabalho



Saliente-se que se a interrupção temporária da procura estiver relacionada a motivos circunstanciais, é exigido que o indivíduo tenha tomado alguma providência para conseguir trabalho há, no máximo, dois meses.

Após a identificação da PIA com procura de trabalho, ou seja, de parcela integrante da PEA, verifica-se se estes indivíduos tiveram trabalho nos últimos sete dias (questão 22), qual o motivo de procura de trabalho (questão 23) e a frequência do trabalho exercido (questão 24), a fim de classificá-los como desempregados ou ocupados (Figura 2).

As alternativas de respostas da questão 22 já permitem identificar algumas situações de desemprego (alternativas 5, 6 e 7). É importante salientar que a alternativa 5 contempla a captação do desemprego também entre os trabalhadores por conta própria ou autônomos.

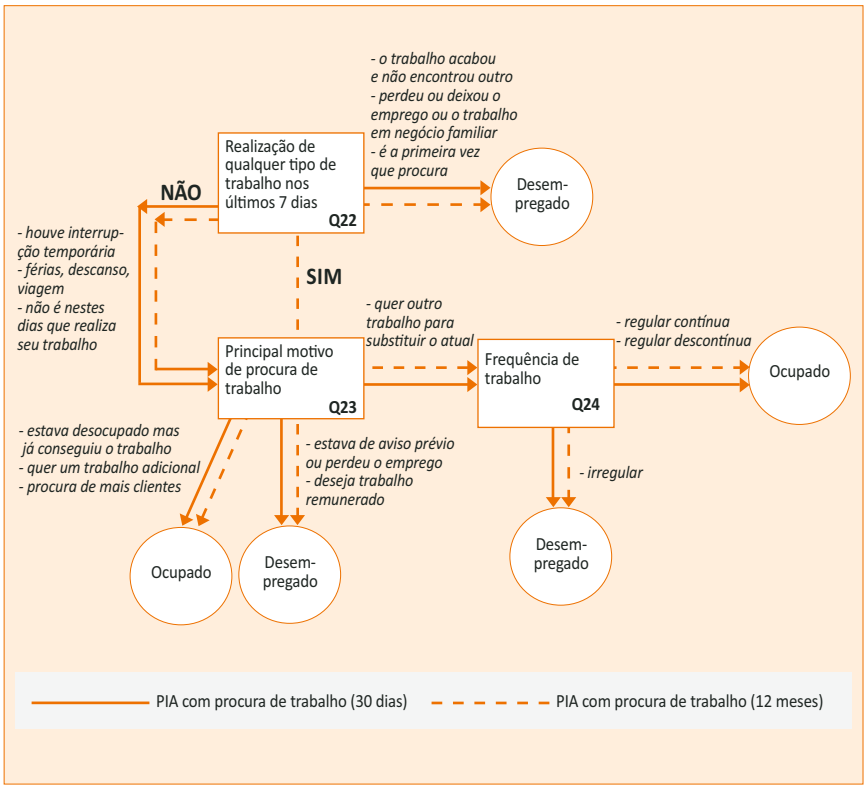
Por sua vez, as questões 23 e 24 permitem classificar a situação de desemprego entre os indivíduos que tiveram trabalho nos últimos sete dias e a parcela de ocupados com procura de trabalho, ou seja:

- desemprego daqueles que procuraram substituir o seu trabalho não remunerado ou remunerado irregularmente;
- desemprego do assalariado em cumprimento do aviso prévio *(formalizado ou não)* e que apresenta procura de trabalho nos últimos 30 dias;
- ocupados com procura de trabalho, que buscaram trabalho adicional ou mais clientes, ou já conseguiram trabalho ou desejam mudar de trabalho, mas têm trabalho remunerado regular.

Os indivíduos em situação de desemprego que não realizaram trabalhos nos últimos sete dias são diferenciados posteriormente - segundo as situações de desemprego aberto, oculto pelo desalento ou oculto pelo trabalho precário -, por meio da investigação do exercício de algum trabalho precário nos últimos 30 dias (questões 48, 49 e 57).

Figura 2

PIA com procura de trabalho: investigação do exercício de trabalho e motivo da procura



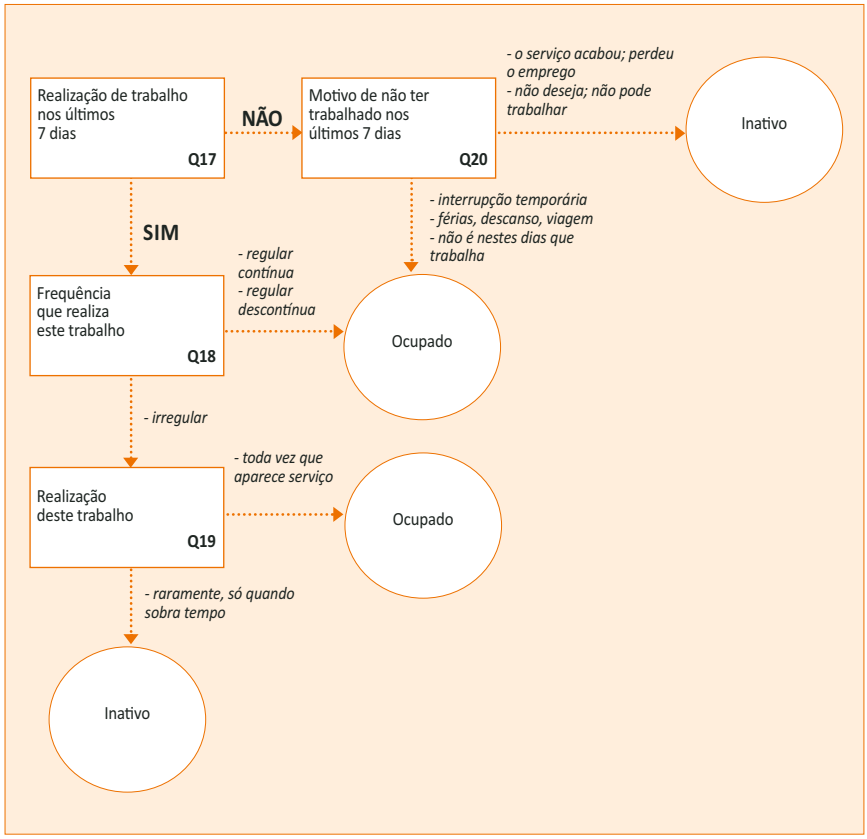
PIA sem Procura de Trabalho

No caso da parcela da PIA sem procura efetiva, é investigada a disponibilidade atual para trabalhar pela captação da situação de trabalho nos últimos sete dias (questões 17 e 20) e o tipo de trabalho exercido (questões 18 e 19). Esses dados permitem identificar pessoas ocupadas (disponíveis para trabalhar) ou inativas (não disponíveis para trabalhar).

Para os inativos, investiga-se posteriormente o exercício de trabalho de forma excepcional nos últimos 30 dias, a fim de identificar sua situação, isto é, inativo sem trabalho ou inativo com trabalho excepcional neste período de referência.

Figura 3

PIA sem procura de trabalho: investigação da situação do trabalho



Após a identificação da condição de atividade da PIA, questões específicas são levantadas para caracterização dos ocupados (questões 25 a 44) e dos desempregados ou inativos (questões 45 a 63).

Caracterização dos Ocupados

A maioria dos aspectos investigados para a população ocupada refere-se às características do trabalho principal exercido pelo indivíduo, ou seja, aquele ao qual usualmente é dedicado maior número de horas, ou, havendo dois trabalhos com o mesmo número de horas, o que proporciona maior remuneração.[22]

Quando o indivíduo realiza trabalhos adicionais, investigam-se apenas as horas trabalhadas e a remuneração obtida nestes trabalhos, tendo em vista a necessidade de manter a agilidade da pesquisa e não onerar seus custos.

Os indivíduos classificados como ocupados são encaminhados para questões caracterizadoras do trabalho principal exercido por meio de comandos que tornam mais ágil a aplicação da entrevista, captando, além das características comuns a qualquer trabalho, aquelas específicas a cada posição na ocupação. A seguir são apresentadas as definições das características investigadas para a população ocupada.

Características Comuns[23]

Ocupação (questão 25) refere-se ao ofício ou à função que exercida no trabalho principal, não necessariamente relacionado à formação profissional obtida por diploma ou experiência anterior acumulada. Por esta razão, é exigida a descrição detalhada do trabalho que o entrevistado realiza, não sendo suficiente apenas o registro do nome da ocupação, como, por exemplo, mecânico, comerciário, bancário etc. A PED utiliza uma codificação própria de ocupações, que, no entanto, em algumas regiões, tem correspondência com a CBO - Classificação Brasileira de Ocupações.

O ***setor de atividade econômica*** (questão 26) é identificado pelo ramo de atividade do negócio ou da empresa onde o indivíduo exerce o seu trabalho. O produto final ou o serviço resultante da atividade da empresa deve ser descrito detalhadamente para facilitar a identificação do setor de atividade econômica correspondente. Nos casos de empresas que congregam vários estabelecimentos ou fábricas, produzindo diferentes produtos ou um produto principal e vários subprodutos, ou ainda partes de um mesmo produto, é considerada a atividade do estabelecimento onde trabalha o entrevistado.[24]

O ***município em que trabalha*** (questão 27) é investigado para permitir a distinção, se for o caso, entre o município de localização da em-

22. Esta definição é adotada pelas diferentes pesquisas domiciliares sobre mercado de trabalho, inclusive as existentes no Brasil.

23. Para mais detalhes, ver Manual do Entrevistador (FUNDAÇÃO SEADE/DIEESE).

24. A PED utiliza uma codificação própria de ramos de atividade econômica, desagregando em maior detalhe a indústria de transformação e os serviços. Os setores de atividade econômica codificados por essa pesquisa são compatíveis com a Classificação Internacional Uniforme de Atividades.

presa ou do negócio onde o indivíduo exerce efetivamente sua atividade e aquele onde reside.

O ***acesso à previdência social*** (questão 28) visa investigar se o indivíduo é contribuinte de algum instituto oficial de previdência social, não sendo considerados os de caráter privado. O instituto de previdência pode ser de âmbito federal (INSS, Inamps etc.), estadual (Ipesp) ou municipal (Instituto de Previdência do Serviço Público Municipal). Também é considerada a Caixa Beneficente da Polícia Militar.

O indivíduo, segundo ***posição na ocupação*** (questões 29 a 31), é classificado como: assalariado; autônomo para o público; autônomo para a empresa; profissional universitário autônomo; empregador; dono de negócio familiar; empregado doméstico; trabalhador familiar; e outras posições.

O ***empregado assalariado*** é o indivíduo que tem vínculo empregatício caracterizado pela legislação trabalhista vigente, com ou sem carteira de trabalho assinada. Sua jornada de trabalho é prefixada pelo empregador e sua remuneração normalmente é fixa - sob a forma de salário, ordenado ou soldo que pode incluir adicionais de tempo de serviço, cargos de chefia, por insalubridade, periculosidade. Em alguns casos, essa remuneração pode ser composta de duas partes: uma fixa, prevista no contrato de trabalho; e outra variável, sob a forma de comissão, que pode ser paga pelo empregador, cliente ou por ambos. Nesta categoria ocupacional, incluem-se, também, o militar de carreira e o professor cujo salário é calculado por hora/aula, mas que tem um número predeterminado de aulas fixado pela escola.

O ***autônomo para o público*** é identificado como a pessoa que explora seu próprio negócio ou ofício, sozinho ou com sócio(s), ou ainda com a ajuda de trabalhador (es) familiar(es) e, eventualmente, com algum ajudante remunerado por prazo determinado. O indivíduo classificado nessa categoria presta seus serviços diretamente ao consumidor, sem ser o intermediário de uma empresa ou pessoa, tendo liberdade (autonomia) para organizar seu próprio trabalho e, portanto, para determinar sua jornada de trabalho, assim como para ter ou não ajudantes e/ou sócios.

O ***autônomo para a empresa*** é o indivíduo que trabalha por conta própria sempre para determinada(s) empresa(s) ou pessoa(s), mas não tem jornada de trabalho prefixada contratualmente e nem trabalha sob o controle direto da empresa, tendo, portanto, como o autônomo típico que trabalha para o público, liberdade para organizar seu próprio trabalho (horário, forma de trabalhar, ter ou não ajudantes). Essa categoria inclui também o empregado vinculado a uma empresa que recebe exclusivamente por produção, cujo vínculo empregatício não é expressamente formalizado em contrato de trabalho assalariado, mas sim em contrato de autônomo. O profissional universitário que presta seus serviços a uma só empresa, com contrato de autônomo, também é incluído nessa categoria.

O ***profissional universitário autônomo*** é o profissional liberal que não tem contrato de autônomo com uma empresa, exerce uma atividade

compatível com a sua formação universitária, podendo ter até dois empregados remunerados permanentes e um escritório ou consultório próprio, ou, ainda, que presta serviços a várias empresas. Caso o profissional universitário tenha mais de dois empregados, ele é considerado empregador.

O ***empregador*** é identificado como a pessoa proprietária de um negócio e/ou empresa, ou que exerce uma profissão ou ofício e tem, normalmente, pelo menos um empregado remunerado permanente. Abrange também o profissional universitário que tem três ou mais empregados remunerados permanentes. Exclui-se dessa categoria o indivíduo que só tem empregado doméstico, empregado não-remunerado, ou, eventualmente, empregado remunerado em períodos de maior trabalho.

O ***dono de negócio familiar*** é o indivíduo que gerencia um negócio ou uma empresa de sua propriedade exclusiva ou em sociedade com parentes. Normalmente, neste tipo de negócio só trabalham parentes que não recebem remuneração salarial, podendo haver situações nas quais trabalhem um ou dois empregados de forma permanente e remunerados. Essa pessoa diferencia-se do conta própria porque seu negócio é mais formalizado (requer licença e algum tipo de capitalização) e nunca trabalha sozinho. Diferencia-se também do empregador, já que só pode ter, no máximo, dois empregados remunerados permanentes.

O ***empregado doméstico*** é o indivíduo que trabalha em casa de família, contratado para realizar serviços domésticos. Tanto pode ser mensalista (recebe salário mensal), como diarista (trabalha em casa de uma ou mais famílias recebendo remuneração por dia) ou receber só em espécie/benefícios (indivíduo que realiza trabalhos domésticos em casa de uma família tendo como pagamento por seus serviços apenas alimentação, alojamento, vestimenta ou outro tipo de remuneração em espécie ou benefício).

O ***trabalhador familiar*** é a pessoa que exerce uma atividade econômica em negócios de parentes, sem receber um salário como contrapartida, podendo, no entanto, receber uma ajuda de custo em dinheiro ou mesada.

Em ***outras categorias ocupacionais*** incluem-se os empregados de empresa que, em troca do trabalho, só recebem alojamento, alimentação, vestimenta ou outro tipo de remuneração em espécie ou benefício, como, por exemplo, servente de escola que recebe como pagamento por seus serviços os estudos para um filho. Agregam-se, também, o indivíduo que presta serviço militar obrigatório; aqueles que realizam trabalhos religiosos por um salário, como padres, freiras, pastores etc.; pessoas que fazem algum tipo de serviço assistencial recebendo, por isso, uma remuneração em dinheiro.

O ***tamanho de empresa*** (questão 38) é identificado pelo número de trabalhadores empregados habitualmente pela empresa ou pelo negócio ao qual o entrevistado está vinculado. No caso dos empregados assalariados, esta característica é investigada apenas para aqueles que trabalham no setor privado, correspondente à empresa com a qual têm vínculo empregatício. Para os não assalariados, refere-se ao negócio no qual o indivíduo trabalha. Quando o entrevistado é empregado de uma empresa que congrega vários estabelecimentos, fábricas,

depósitos, lojas, agências etc., esta informação é relativa ao total de empregados da empresa e não ao número referente ao estabelecimento, fábrica etc. onde o indivíduo trabalha. Essa investigação, além de indicar o porte da empresa ou negócio ao qual o ocupado está vinculado, permite checar a classificação da posição na ocupação do indivíduo, tal como definida anteriormente.

O ***tipo de local*** (questão 39) é investigado com o objetivo de captar, ainda que de forma indireta, o grau de capitalização do negócio onde o entrevistado trabalha. Nesse sentido, essa questão apresenta oito alternativas de tipos de local, considerando-se a existência ou não de instalações fixas como critério indicativo de capitalização do negócio. Quando este tem instalações fixas e funciona dentro da residência, investiga-se o tipo de cômodo utilizado; caso o negócio funcione fora da residência, verifica-se o tipo de construção. Se o negócio não tem instalações fixas, investigam-se a utilização ou não de equipamentos ou instrumentos de trabalho e as suas características. Cabe ressaltar que não ter instalações fixas significa trabalhar em local público, de porta em porta ou em casa de clientes.

O ***tempo de permanência*** (questão 40) é um indicador da estabilidade de trabalho ou de emprego do indivíduo. A captação dessa informação para o empregado assalariado refere-se ao tempo no atual emprego. No caso do autônomo, é considerado o período ininterrupto de trabalhos, o que pressupõe a necessidade de averiguar o período em que houve maior regularidade de atividade sem períodos extensos de não-trabalho. Neste sentido, a referência para períodos de não-trabalho considerada para o trabalho autônomo é a interrupção de um período mínimo de sete dias.

Os ***trabalhos adicionais*** (questão 41) são aqueles realizados pelo entrevistado de forma complementar ao seu trabalho principal. Sua captação é importante para a caracterização da situação ocupacional do indivíduo, em termos de rendimentos e de jornada de trabalho. Ter outro trabalho significa que o indivíduo realizou, nos últimos 30 dias, de forma permanente ou eventual, algum trabalho adicional, remunerado ou não-remunerado, ao seu trabalho principal, conforme definido anteriormente.

Os ***rendimentos mensais*** do ocupado (questão 42) são investigados com o objetivo de captar a remuneração efetivamente recebida pelo trabalho realizado no mês calendário anterior ao da entrevista. Esta remuneração pode ser resultante do trabalho principal, de trabalhos adicionais ou de pensão/aposentadoria, paga por uma só fonte, por várias delas ou de todas ao mesmo tempo. Quando o indivíduo é empregado assalariado, investigam-se os valores efetivamente recebidos, ou seja, menos os descontos por falta e acrescidos de gratificações, horas extras etc., sendo captados o salário bruto e o líquido. Quando a pessoa começou a trabalhar recentemente e, por isso, ainda não recebeu a remuneração correspondente ao mês de referência, é registrada sua remuneração contratual. Se o assalariado iniciou seu trabalho atual no mês da pesquisa, sua remuneração é igual a “zero”, não sendo, portanto, considerada na estimativa do salário médio. Para os empregadores, trabalhadores autônomos e demais, investiga-se a retirada correspondente ao trabalho realizado no mês anterior. No

caso do empregador, a retirada mensal não inclui os lucros e, para os autônomos, refere-se ao valor de venda de produtos ou serviços deduzidos os gastos na operação de seu negócio, ou seja, é o valor bruto antes dos pagamentos de imposto de renda e seguro social. No caso dos empregados por produção, corresponde ao valor bruto antes de serem efetuados os descontos.

As ***horas semanais trabalhadas*** (questão 43) referem-se às horas efetivamente trabalhadas pelo ocupado na semana anterior à da entrevista. Para isso, investigam-se as horas trabalhadas no trabalho principal separadas das horas relativas a trabalhos adicionais, incluindo-se, além da jornada normal de trabalho, as horas extras trabalhadas e também o tempo gasto para a realização de trabalhos, tais como preparo de aulas e correção de provas, no caso de professores, horas despendidas na compra de suas mercadorias, no caso de feirantes. Da mesma forma, são excluídas as horas em que o indivíduo deixou de trabalhar devido a circunstâncias várias, como feriado, greve, motivo de doença etc.

A ***disponibilidade para trabalhar mais horas*** do ocupado (questão 44) tem por objetivo averiguar, em especial, a subutilização da força de trabalho, uma vez que se refere ao desejo ou disponibilidade do indivíduo para trabalhar além de sua jornada habitual.

Características Específicas[25]

Para os subconjuntos de empregados assalariados e de autônomos, são captadas algumas características sobre o trabalho principal específicas a estes segmentos.

São investigados, para os assalariados, a subcontratação de seu trabalho por meio da contratação da empresa a qual está subordinado, o setor de atividade da empresa contratada, a posse de carteira de trabalho assinada e o setor institucional.

Para captar a ***subcontratação da mão de obra*** assalariada, pela contratação da empresa (questões 33 e 35), investiga-se se o indivíduo realiza seu trabalho em uma empresa diferente da que lhe paga.

O ***setor de atividade da empresa empregadora*** (questão 34) é investigado para a empresa com a qual o empregado assalariado tem vínculo empregatício. Nestes casos, o empregado trabalha efetivamente numa empresa diferente da que lhe paga, sendo, portanto, um subcontratado. O preenchimento dessa questão é realizado segundo critérios estabelecidos para a questão 26, mencionada anteriormente.

A ***carteira de trabalho assinada*** pelo empregador (questão 36) identifica a formalização do contrato de trabalho assalariado. Nesse sentido, investiga-se se o ocupado tem carteira de trabalho assinada e, em caso negativo, se é porque o indivíduo é funcionário público estatutário, não estando, portanto, sujeito à assinatura da carteira por ser regido por normas contratuais diferentes

25. Para maiores detalhes ver Manual do Entrevistador da PED.

da Consolidação das Leis de Trabalho-CLT. No entanto, existem empregados de órgãos públicos cujos contratos são regidos pela CLT e, nesses casos, podem ter carteira de trabalho assinada.

O ***setor institucional da empresa empregadora*** (questão 37) é investigado para averiguar se o empregado assalariado trabalha para o setor público, setor privado ou se trabalha em serviços domésticos. Dessa forma, a empresa com a qual o indivíduo mantém vínculo empregatício, ou seja, a que paga seu salário, é identificada como uma empresa exclusivamente privada ou particular, uma instituição pública - governo municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia etc. - ou é uma família para a qual o empregado presta serviços domésticos.

Para os autônomos, é investigada a propriedade dos ***instrumentos básicos*** de trabalho (questão 32). Essa questão tem por objetivo verificar a existência de subordinação do autônomo a terceiros, em termos de capital ou instrumentos básicos utilizados. Dessa forma, investigam-se se os instrumentos básicos com os quais o autônomo trabalha são próprios ou de outra pessoa ou empresa. É considerado instrumento básico aquele absolutamente indispensável para execução do trabalho, ou seja, não se refere a instrumentos de apoio utilizados para facilitar ou agilizar a organização do trabalho autônomo.

Caracterização dos Desempregados e Inativos

Os aspectos investigados para os indivíduos ***desempregados***[26] estão centrados na necessidade de caracterizar o último trabalho exercido pela pessoa nesta condição de atividade (questões 50 a 52), bem como o trabalho precário eventualmente realizado nos últimos 30 dias (questões 58 a 61). Nesse sentido, são captados, para ambos, a posição na ocupação, o setor de atividade e a ocupação, conforme definições utilizadas na investigação das características do trabalho realizado pelo ocupado.

Para o trabalho precário, além dessas características, são investigadas as horas trabalhadas (questão 62), conforme definido para o conjunto dos ocupados, e o rendimento obtido (questão 63), de acordo com a forma de captação desta variável para os não assalariados.

São ainda investigados para os indivíduos nessa condição de atividade, além da duração do desemprego, aspectos relacionados à sua sobrevivência, tanto os principais meios utilizados quanto o valor da aposentadoria recebida e seguro-desemprego, quando for o caso.

As variáveis captadas pela PED para os ***inativos***[27] têm por objetivo caracterizar o trabalho excepcionalmente exercido por esses indivíduos, os tipos de inatividade e os valores recebidos de aposentadoria, pensões e seguro-desemprego (questão 47 ou 63), se for o caso.

26. Para mais detalhes, ver Manual do Entrevistador da PED.
27. Para mais detalhes, ver Manual do Entrevistador da PED.

As características do trabalho excepcional eventualmente exercido pelos inativos são investigadas da mesma forma que as do trabalho precário, com o objetivo de caracterizar este tipo de atividade, checar sua classificação como uma situação de não-trabalho e, caso haja interesse de outras metodologias, permitir a reclassificação de sua condição de atividade.

A seguir são explicitadas as variáveis específicas investigadas para os desempregados e/ou inativos.

O ***tempo de permanência no último emprego ou trabalho*** (questão 53) refere-se ao tempo que o ex-assalariado permaneceu no seu último emprego. Para o trabalhador autônomo ou conta-própria, corresponde ao período que, de forma ininterrupta, este trabalhador vinha realizando sua atividade, não sendo, portanto, o tempo em que está na profissão, no ofício ou na ocupação.

O ***motivo de saída*** (questão 55) identifica se a razão que levou o indivíduo a perder ou deixar seu último emprego ou trabalho está associada a motivos pessoais - insatisfação com o trabalho, desavenças com chefias, distância da residência etc. – ou da empresa, normalmente expressa os na demissão involuntária ou, no caso de trabalhador autônomo, pela falta de trabalho.

A ***duração do desemprego*** (questão 54) refere-se ao tempo transcorrido entre a data em que o indivíduo perdeu ou deixou o último emprego ou trabalho e a data da entrevista, não se referindo, portanto, à duração de procura por um trabalho.

Os ***principais meios de sobrevivência*** (questão 56) são investigados para conhecer as alternativas de sobrevivência utilizadas pelos desempregados nos 30 dias anteriores ao da entrevista. A partir de respostas múltiplas, são identificados os dois meios usados com maior frequência pelo desempregado, dos quais se destacam realização de trabalhos precários, ajuda de familiares com os quais reside, ajuda de parentes ou conhecidos e recursos financeiros provenientes de fundo de garantia, seguro-desemprego, pensão ou aposentadoria.

Os ***rendimentos recebidos por desempregados e/ou inativos*** (questão 63) referem-se aos valores que o entrevistado, nestas condições de atividade, fizeram jus no mês calendário imediatamente anterior ao da entrevista, captando o rendimento de trabalhos ocasionais, de aposentadoria ou pensão e do seguro-desemprego. Quando o indivíduo realizou algum trabalho ocasional no mês anterior, é investigado o rendimento da mesma maneira que o do trabalhador autônomo, conforme explicitado anteriormente. Se a pessoa recebeu aposentadoria ou pensão, investiga-se a renda bruta recebida de órgãos previdenciários do governo e caixas beneficentes de empresas. Quando recebe seguro-desemprego, verificam-se qual a parcela e a quantia recebida.

O ***tipo de inatividade*** (questão 45) identifica a atividade principal do entrevistado nos sete dias anteriores ao da pesquisa. Assim, o indivíduo poderá ser: aposentado ou pensionista de órgãos previdenciários do governo; licenciado por motivos de saúde, por mais de 15 dias; dona de casa ou outra pessoa que cuida dos afazeres domésticos; estudante; pessoa que vive de renda; ou que vive de ajuda de parentes e/ou conhecidos.

Apêndice III - Plano amostral

Plano Amostral

Neste item, apresentam-se o plano amostral da PED da Região Metropolitana de São Paulo e os das demais regiões.

O desenho do plano amostral é apresentado de forma detalhada para a Região Metropolitana de São Paulo, por ter sido nela que a PED foi inicialmente implantada. A experiência ali acumulada forneceu subsídios para o planejamento das amostras das outras regiões metropolitanas para as quais a pesquisa foi expandida.

No plano amostral explicitam-se a unidade amostral, o tamanho da amostra e como as unidades amostrais serão sorteadas. Na determinação do tamanho da amostra, consideram-se os aspectos descritos a seguir.

Todo indicador produzido a partir de pesquisas amostrais está sujeito ao erro amostral, definido em termos absolutos como a diferença entre o valor do indicador na população de interesse e a estimativa deste obtida a partir de uma amostra. Em termos relativos, o erro amostral é definido como a razão entre erro amostral absoluto e o valor do indicador na população (coeficiente de variação). Fixando-se, para o indicador de interesse, o erro amostral (relativo ou absoluto) máximo que se pretende incorrer ao se utilizar uma amostra, é possível determinar o tamanho desta. A maioria das pesquisas tem múltiplos objetivos, porém toma-se somente um indicador para determinar o tamanho da amostra. A teoria de amostragem permite estimar o erro amostral a partir de uma única amostra. Dessa maneira, é possível estimar o erro amostral para os diversos indicadores de uma pesquisa.

A estratificação da população em grupos homogêneos segundo uma variável relacionada com o indicador de interesse induz uma redução do erro amostral, possibilitando a utilização de amostras menores para se obter a mesma precisão nos indicadores.

Para efeito do desenho amostral, considerou-se, como objetivo principal da PED, a disponibilização, por meio de uma amostra domiciliar, da taxa de desemprego decomposta em seus tipos, em intervalos trimestrais móveis, fixado o erro relativo amostral máximo de 15%.

O método de sorteio das unidades amostrais (domicílios) depende das informações disponíveis para identificação destas unidades (siste-

ma de referência). É possível sortear as unidades amostrais em uma única etapa, se houver um cadastro completo delas. Não havendo tal cadastro, pode-se realizar o sorteio em duas etapas, selecionando-se, na primeira, conglomerados de unidades amostrais e, na segunda, as unidades amostrais a partir dos conglomerados escolhidos.

Plano Amostral da Região Metropolitana de São Paulo

População Alvo e Unidade Amostral

A população alvo é composta pelos moradores da área urbana - definida pelo IBGE - dos 39 municípios que compõem a Região Metropolitana de São Paulo e a unidade amostral é o domicílio de uso particular.

Sistema de Referência

Como sistema de referência, foram utilizados os setores censitários urbanos do Censo Demográfico de 2000 do IBGE, com seus respectivos domicílios de uso particular. O número de domicílios de cada setor censitário foi adotado como medida do seu tamanho.

Estudo e Organização do Sistema de Referência

Os municípios da Região Metropolitana de São Paulo e os distritos do município de São Paulo foram agrupados em regiões homogêneas, segundo a composição percentual dos ocupados pelos setores de atividade econômica, por meio de um estudo com informações adicionais do Censo Demográfico de 2000. Foram obtidas regiões homogêneas compostas pelos distritos do município de São Paulo e pelos demais municípios da Região Metropolitana de São Paulo. Em cada região homogênea, os distritos ou municípios e os setores censitários que os compõem foram organizados de acordo com os seguintes critérios:

- os setores com muitos domicílios foram desmembrados, de modo a se controlar o número médio de domicílios por conglomerado e, dessa forma, a variabilidade dos pesos amostrais;
- ordenação dos distritos do município de São Paulo ou dos municípios da RM de São Paulo, exclusive o município de São Paulo, segundo rendimento médio do chefe da família (dado do Censo de 2000) dos distritos ou municípios;
- em cada distrito ou município, os conglomerados formados pelos setores censitários foram ordenados em forma de serpentina, segundo o rendimento médio do chefe da família do setor censitário.

Tamanho da Amostra

A amostra é constituída por 3 mil unidades domiciliares mensais, sendo sorteados 15 domicílios em cada um dos 200 setores censitários também sorteados.

Desenho Amostral

A seleção dos domicílios é feita por uma amostragem probabilística, em dois estágios. No primeiro estágio, a partir do sistema de referência, sorteiam-se 600 setores censitários (conglomerados), com probabilidade proporcional ao tamanho, por meio do sistema de pares aleatórios.

Em seguida, procede-se ao arrolamento de todos os domicílios dentro dos conglomerados previamente selecionados e sorteiam-se 15 domicílios, por um processo aleatório, de modo que a probabilidade final dos domicílios de diferentes conglomerados sejam as mesmas.

Portanto, têm-se:

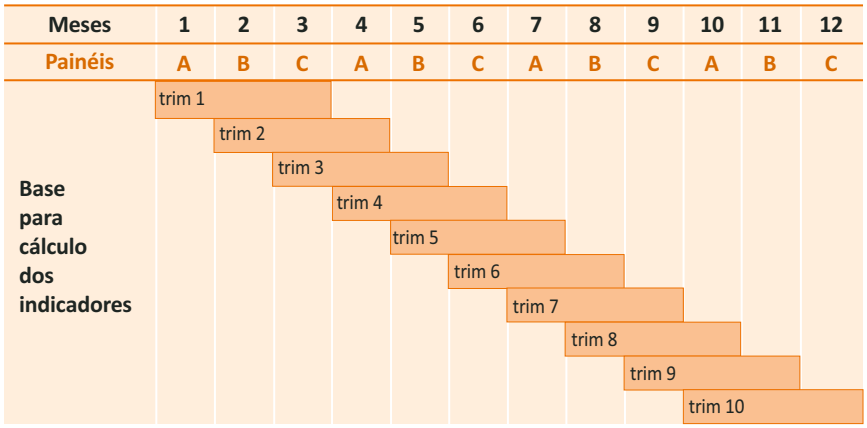
- 15 domicílios para cada setor censitário (conglomerado);
- 200 setores censitários no mês e 600 no trimestre.

Amostras Mensais

Dada a periodicidade mensal dos levantamentos, os 600 conglomerados, que totalizam 9 mil domicílios, foram divididos em três painéis distintos de 200 conglomerados cada, rotulados de A, B e C.

Para os três primeiros meses da pesquisa, são levantadas as informações dos painéis A, B e C, respectivamente (Figura 1). Para os meses 4, 7 e 10 são utilizados os setores censitários do painel A, mas com sorteio de novas unidades domiciliares. As unidades domiciliares dos meses 5, 8 e 11 são obtidas do painel B, e as dos meses 6, 9 e 12, do C. Desse modo, levantam-se, a cada mês, amostras independentes, ao mesmo tempo em que se aproveitam melhor os custos despendidos no processo de listagem dos setores censitários.

Figura 1



Estimação

Apesar da periodicidade mensal dos levantamentos, o cálculo dos indicadores é realizado com os dados acumulados no trimestre, para garan-

tir a precisão desejada. Desse modo, os indicadores são produzidos com as informações de trimestres móveis, que incluem sempre os três painéis, possibilitando o acompanhamento da conjuntura trimestral todos os meses (Figura 1).

Como as amostras são independentes, as informações de vários meses podem ser acumuladas para produzir indicadores mais precisos e análises mais estruturais, principalmente quando o fenômeno em estudo é pouco comum.

Pelo fato de a amostra ser autoponderada, as fórmulas desprezam os pesos amostrais, simplificando os cálculos. Devido ao plano amostral, todos os indicadores são estimadores-razão, que podem ser expressos pela fórmula desenvolvida a seguir.

$$r = \frac{\sum_{\alpha=1}^{a} y_\alpha}{\sum_{\alpha=1}^{a} x_\alpha} = \frac{y}{x},$$ em que:

r: taxa de desemprego;
a: número de setores censitários pesquisados;
y_α: número de desempregados no α-ésimo setor censitário;
x_α: número de indivíduos da População Economicamente Ativa (PEA) no α-ésimo setor censitário;
y: total de desempregados da PEA e;
x: total de indivíduos da PEA na amostra.

A variância de *r* pode ser calculada pela seguinte fórmula:

$$Var(r) = \frac{1-f}{x^2} a\left[s_y^2 + r^2 s_x^2 - 2rs_{yx}\right] =$$

$$= \frac{1-f}{x^2}\frac{a}{a-1}[(\sum_{\alpha=1}^{a} y_\alpha^2 - \frac{y^2}{a}) + r^2(\sum_{\alpha=1}^{a} x_\alpha^2 - \frac{x^2}{a}) - 2r(\sum_{\alpha=1}^{a} x_\alpha y_\alpha - \frac{xy}{a})],$$

em que: *f:* fração amostral.

Divulgação dos Dados

No planejamento da amostra estabeleceu-se a precisão desejada para alguns indicadores, principalmente para a taxa de desemprego total, garantindo, assim, a confiabilidade dos resultados. Estende-se a mesma confiabilidade para todos os demais indicadores divulgados, quer em estudos conjunturais ou estruturais. Para tanto, apresentam-se apenas os indicadores que possuem um coeficiente de variação de no máximo 7,5%.

Por exemplo, para o tempo despendido na procura de trabalho pelos desempregados no trimestre janeiro, fevereiro e março de 1991, observou-se uma média de 17 semanas e um coeficiente de variação de 3,5%. Esses dados podem ser interpretados da seguinte forma: para 100 amostras retiradas da mesma população, em 95 delas a média do tempo de procura estará no intervalo definido por [17 - 1.96 *(17 * 0.035); 17 + 1.96 *(17 * 0.035)], ou seja, [15,8 ; 18,2].

Outras Regiões Metropolitanas

A PED expandiu-se para as regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e para o Distrito Federal e, a partir de janeiro de 1998, é possível ter informações para todas as regiões mencionadas, apesar de cada uma apresentar datas distintas de início da pesquisa. Em outubro de 2008, teve início a PED na Região Metropolitana de Fortaleza. Como os planos amostrais adotados são bastante semelhantes ao utilizado em São Paulo, apresenta-se, a seguir, um resumo dos principais aspectos dos planos amostrais adotados pela PED nas regiões onde o levantamento é realizado.

A pesquisa é feita a partir de um levantamento domiciliar por meio de amostragem probabilística em dois estágios, sorteando-se, no primeiro, conglomerados (setores censitários ou partes deles) e, no segundo, unidades domiciliares. Os levantamentos de informações são mensais e realizados a partir de instrumento de coleta padronizado. Entretanto, os principais indicadores conjunturais são divulgados mensalmente, correspondendo à agregação dos dados amostrais de três meses consecutivos. Já para a produção de indicadores estruturais, normalmente agregam-se dados de um ano de coleta.

Estratificação

Em todas as regiões metropolitanas onde se realiza a PED, adotou-se um planejamento amostral que prevê inicialmente a estratificação de cada região por informações disponíveis relacionadas ao mercado de trabalho (tais como distribuição setorial da população ocupada ou rendimento dos chefes dos domicílios), procedimento que contribui para aumentar a precisão dos indicadores.

Dimensionamento das Amostras

No momento de implantação da pesquisa em cada região, determinou-se o tamanho mínimo de amostra para garantir indicadores com a precisão desejada. Como se utiliza amostragem em dois estágios, foram dimensionados o número de unidades primárias de sorteio (conglomerados, em geral coincidentes com setores censitários) e o de unidades secundárias, ou seja, domicílios. A Tabela 1 apresenta o tamanho esperado da amostra total (a ser levantado em três meses), o número de conglomerados total e o pesquisado por mês e o número médio de domicílios pesquisado por mês em cada conglomerado, para cada uma das regiões pesquisadas.

Tabela 1

Tamanho esperado de amostra trimestral e mensal, número de conglomerados total e pesquisado por mês e número médio de domicílios pesquisado em cada conglomerado, por mês, por região de pesquisa

Regiões	Número esperado de domicílios por trimestre	Número esperado de domicílios por mês	Número de conglomerados pesquisados por trimestre	Número de conglomerados pesquisados por mês	Número médio de domicílios pesquisados por conglomerado, por mês
Belo Horizonte	7.600	2.530	474	158	16,0
Fortaleza	7.500	2.500	444	148	17,0
Porto Alegre	8.100	2.700	501	167	16,2
Recife	6.900	2.300	396	132	17,4
Salvador	7.500	2.500	381	127	19,1
São Paulo	10.380	3.460	655	218	15,9
Distrito Federal	7.600	2.530	333	333	7,6

Nota: Conglomerados, em geral, são coincidentes com setores censitários.

Amostragem em Dois Estágios

Em todas as regiões pesquisadas, utiliza-se o método de seleção de unidades amostrais em dois estágios e toma-se como sistema de referência original a relação mais recente disponível, no momento de implantação da pesquisa, dos setores censitários definidos pelo IBGE. De acordo com a estratificação adotada, este sistema de referência é organizado, etapa na qual se eliminam os setores rurais e outros que não constituem interesse da pesquisa.

Para otimizar os resultados obtidos a partir de amostragem em dois estágios, é conveniente que o tamanho das unidades primárias de sorteio não varie muito. Por este motivo, criam-se conglomerados que, na maioria dos casos, correspondem a setores censitários, divergindo destes apenas quando são muito pequenos ou muito grandes, caso em que os conglomerados são constituídos da junção e da divisão de setores censitários, respectivamente.

No Distrito Federal, na última atualização do plano amostral, optou-se por abandonar a seleção de setores censitários e passar a utilizar informações do cadastro de consumidores de energia elétrica, mantendo-se, porém, o sistema de seleção em dois estágios, com a unidade primária de sorteio passando a corresponder a conglomerados de consumidores.

Com o sistema de referência organizado, procede-se à seleção dos domicílios a serem pesquisados. No primeiro estágio, selecionam-se conglomerados com probabilidade proporcional ao tamanho, na maioria das regiões e, no segundo, as unidades domiciliares a partir dos conglomerados previamente selecionados e arrolados. A maioria das amostras é alocada de forma proporcional

à distribuição da população pelos estratos definidos. A amostra é planejada de forma a garantir que os resultados nela observados sejam estimadores não viesados dos parâmetros populacionais.

Cabe ressaltar que, à medida que novos sistemas de referência se encontram disponíveis, procede-se à atualização do planejamento amostral das pesquisas, com a realização de nova seleção de conglomerados e sua substituição gradual na amostra.

Pesquisa Contínua e Amostras Independentes

Como já mencionado, por razões de custo, a amostra mínima prevista para garantir a precisão desejada dos indicadores não é levantada em um único mês, mas distribuída ao longo de três meses. Entretanto, os principais indicadores são divulgados mensalmente, sendo que as estatísticas correspondem à agregação dos dados amostrais de três meses consecutivos. As amostras mensais são independentes, ou seja, não se repetem domicílios, o que permite o acúmulo dos dados coletados por um período qualquer, respeitando-se o mínimo de três meses para garantir a precisão estabelecida.

Erro Amostral

Todo indicador produzido a partir de pesquisas amostrais está sujeito ao erro amostral, definido em termos absolutos como a diferença entre o valor do indicador na população de interesse e a estimativa deste obtida a partir de uma amostra. Em termos relativos, o erro amostral é definido como a razão entre erro amostral absoluto e o valor do indicador na população (coeficiente de variação).

No planejamento da amostra estabeleceu-se a precisão desejada para alguns indicadores, principalmente para a taxa de desemprego total, garantindo, assim, a confiabilidade dos resultados. Estende-se a mesma confiabilidade para todos os demais indicadores divulgados em estudos conjunturais ou estruturais. Para tanto, apresentam-se apenas os indicadores que possuem um coeficiente de variação de no máximo 7,5%.